

Diário do Legislativo de 15/11/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PSC

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PHS E PSC)

Líder: Deputado Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (PSDB), Carlos Pimenta (PDT)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder: Deputado Ricardo Duarte

Vice-Líderes: Deputada Elisa Costa (PT) e Deputado Edson Resende (PT)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Gustavo Corrêa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO PPS

Líder: Deputado Neider Moreira

Vice-Líder: Deputado Marlos Fernandes

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PSDB), Paulo Piau (PPS) e José Henrique (PMDB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Miguel Martini (PHS)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Jéssus Lima (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fahim BPSB Presidente
Sawan

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente
Valadares

Deputado Dinis BPSB
Pinheiro

Deputado Sargento BPSB
Rodrigues

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdo
B

Deputado Antônio Genaro BPSB

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Paulo BPSB
César

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PCdoB

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonardo PMDB Presidente
Quintão

Deputado Edson PT/PCdo Vice-Presidente
Rezende B

Deputada Ana BPSP
Maria Resende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Jésus PT/PCdo
Lima B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Roberto PT/PCdoB
Carvalho

Deputado Djalma PPS
Diniz

Deputado Sebastião PPS
Costa

Deputada Cecília PT/PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BPSP Presidente
Ribeiro Silva

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado PPS
Sebastião Costa

Deputada Elbe BPSP
Brandão

Deputado PT/PCdo
Adelmo Carneiro B
Leão

Deputado PP
George Hilton

Deputado PFL
Gustavo Corrêa

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Marlos PPS
Fernandes

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB
Lara

Deputado Roberto BPSP
Ramos

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputada Vanessa Lucas BPSP Vice-Presidente

Deputado Domingos Sávio BPSP

Deputado Biel PT/PCdoB
Rocha B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputada Lúcia BPSP
Pacífico

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado José PMDB
Henrique

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente
Rafael

Deputada Lúcia BPSP Vice-Presidente
Pacífico

Deputado João BPSP
Leite

Deputado Jésus PT/PCdo
Lima B

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputado Carlos BPSP
Pimenta

Deputado Padre João PT/PCdoB

Deputado Célio BPSP
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT/PCdo Presidente
Ângelo B

Deputado Roberto Ramos BPSP Vice-Presidente

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputado Zé BPSP
Maia

Deputado Paulo BPSP
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado Antônio BPSP
Genaro

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputada Elbe BPSP
Brandão

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado BPSP
Leonídio Bouças

Deputado PT/PCdo
Weliton Prado B

Deputado Paulo PPS
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Domingos Sávio

Deputado Jayro PFL Vice-Presidente
Lessa

Deputado BPSP
Sebastião Helvécio

Deputado Luiz BPSP
Humberto Carneiro

Deputada Elisa PT/PCdo
Costa B

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Dilzon BPSP
Melo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Bilac Pinto BPSP

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Paulo Piau PPS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Laudelino B
Augusto

Deputado Doutor BPSP Vice-Presidente
Ronaldo

Deputado João BPSP
Leite

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Paulo PPS
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PCdoB
Gomes

Deputado Alencar da BPSP
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPSP
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdo Presidente
Tereza Lara B

Deputado José BPSP Vice-Presidente
Milton

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado André PT/PCdo
Quintão B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PCdoB
Augusto

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado João Leite BPSP

Deputado Jésus Lima PT/PCdoB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Padre PT/PCdo Presidente
João B

Deputado Marlos PPS Vice-Presidente
Fernandes

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Luiz BPSP
Humberto
Carneiro

Deputado Doutor PFL
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB
Lara

Deputado Bilac Pinto BPSP

Deputado Paulo Piau PPS

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado Djalma PPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado PT/PCdo
Ricardo Duarte B

Deputado PP
Pinduca Ferreira

Deputada BPSP
Vanessa Lucas

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Olívia BPSP

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Domingos BPSP
Sávio

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Adelmo Carneiro B
Leão

Deputado Carlos BPSP Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PCdoB
Rezende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Jayro Lessa PFL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSP Presidente
Maia

Deputado PFL Vice-Presidente
Leonardo Moreira

Deputado BPSP
Sargento Rodrigues

Deputado PT/PCdoB
Weliton Prado B

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Márcio BPSP
Passos

Deputado Adelmo PT/PCdoB
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Alencar da
Silveira Jr.

Deputada Elisa PT/PCdo Vice-Presidente
Costa B

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputada Jô PT/PCdo
Moraes B

Deputado Gustavo PFL
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSP

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Carlos PT/PCdoB
Gomes

Deputado Paulo César BPSP

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio BPSP Presidente
Moreira

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Bilac BPSP
Pinto

Deputado Roberto Carvalho PT/PCdo
B

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Márcio BPSP
Passos

Deputado Ricardo PT/PCdoB
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo BPSP Presidente
César

Deputado Carlos PT/PCdo Vice-Presidente
Gomes B

Deputada Cecília PT/PCdo
Ferramenta B

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado BPSP
Leonídio Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputada Vanessa BPSP
Lucas

Deputado Doutor PFL
Viana

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio PMDB Presidente
Júlio

Deputado Dilzon BPSP Vice-Presidente
Melo

Deputado Luiz BPSP
Humberto
Carneiro

Deputado BPSP
Sebastião
Helvécio

Deputado Padre PT/PCdo
João B

Deputado PFL
Gustavo
Valadares

Deputado
Pereira Gil PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado
Sawan Fahim BPSP

Deputado
Ribeiro Silva Dalmo BPSP

Deputada
Pimenta Carlos BPSP

Deputado
Ângelo Durval PT/PCdoB

Deputada
Nogueira Ivair PMDB

Deputado
Corrêa Gustavo PFL

Deputado
Hilton George PP

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 51ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissão

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 9/11/2006

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado João Leite; aprovação - Suspensão e reabertura da reunião - Requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria; aprovação - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.100; manutenção; declaração de voto - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.099; manutenção - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.698/2005; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.601/2005; aprovação; declaração de voto - Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.675/2005; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.900/2005; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.335/2006; encerramento da discussão; discurso do Deputado Sargento Rodrigues; votação do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno; declarações de voto - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Carlos Gomes - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Edson Rezende - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jesus Lima - João Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado João Leite, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 2.698 e 2.601/2005 sejam apreciados, nesta ordem, logo após a apreciação do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.099. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 35 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Vem à Mesa requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria, solicitando a inversão da pauta da reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 3.541 e 3.542/2006 sejam apreciados em último lugar, nesta ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.100, que dispõe sobre a inscrição de informações de interesse médico em cédula de identidade. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Dilzon Melo opinou pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram a sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo de votação e para tanto solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Bilac Pinto - Carlos Gomes - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Doutor Ronaldo - Edson Rezende - Fábio Avelar - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Leonardo Moreira - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Mauri Torres - Miguel Martini - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanessa Lucas - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 28 Deputados. Votaram "não" 12 Deputados, totalizando 40 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 17.100. Oficie-se ao Governador do Estado.

Declaração de Voto

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, cumprimento V. Exa. e a Mesa Diretora pela celeridade com que providenciaram o conserto do painel, que ontem não funcionava. Hoje o painel funcionou de maneira tranqüila, devido à ação diligente da Mesa Diretora, em especial de V. Exa.

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.099, que dispõe sobre a fixação de limite de idade para ingresso no serviço público estadual. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos.

Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram a sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo de votação e para tanto solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Carlos Gomes - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilon Melo - Dinis Pinheiro - Doutor Ronaldo - Edson Rezende - Fábio Avelar - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Mauri Torres - Miguel Martini - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanessa Lucas - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 28 Deputados. Votaram "não" 14 Deputados, totalizando 42 votos. Está, portando, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 17.099. Oficie-se ao Governador do Estado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.698/2005, da Deputada Maria Olívia, que autoriza o Estado a doar ao Município de Conceição dos Ouros o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.698/2005 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.601/2005, do Governador do Estado, que cria a Superintendência Regional de Ensino na estrutura da Secretaria de Estado de Educação, no Município de Unaí. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.601/2005. À Comissão de Redação.

Declaração de Voto

O Deputado Antônio Andrade - Sr. Presidente, farei referência ao projeto que criou a Superintendência de Ensino de Unaí. Agradeço ao Governador a iniciativa da criação dessa Superintendência. Hoje, todas aquelas escolas fazem parte da Superintendência de Paracatu, que possui uma área superior a 70.000km². Alguns Municípios estão localizados a mais de 500km da sede de Paracatu. Com a criação da Superintendência de Unaí, isso dividirá bastante a região, facilitando o acesso das Diretoras à Superintendência e melhorando o atendimento por ela prestado.

Essa iniciativa do Governador Aécio Neves merece todo o nosso louvor, porque irá contribuir muito com o ensino da região Noroeste mineira. Mais uma vez, agradeço ao Governador por essa iniciativa e aos nobres Deputados por aprovarem esse projeto, que, tenho certeza, é de suma importância para o desenvolvimento da educação da nossa região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Proseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.675/2005, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.675/2005 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Educação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.900/2005, do Deputado Ricardo Duarte, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Ituiutaba. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.900/2005 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.335/2006, do Tribunal de Contas, que cria os cargos de Auditor e de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, fixa os seus subsídios e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, serei breve, não tomarei muito tempo dos nobres colegas. O que me traz a esta tribuna para fazer o encaminhamento da votação desse projeto é apenas lembrar-lhes que esse projeto também fixa os subsídios dos Auditores e dos Procuradores do Ministério Público. Tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 3.669/2006, que vincula o reajuste salarial dos servidores ao crescimento do ICMS, além de uma série de obstáculos a serem vencidos para que os servidores públicos possam ter reajuste salarial.

Faço este encaminhamento apenas para lembrar aos nobres colegas que, infelizmente, tanto para o reajuste dos Procuradores de Justiça quanto para o dos chamados agentes políticos - Deputados, Desembargadores, Secretários de Estado -, não vimos as mesmas vinculações. Quer dizer, para os servidores públicos do Estado, a proposta cria uma série de obstáculos. Se conseguirmos vencê-los, ou seja, se conseguirmos dinheiro para a despesa de investimento - capital e custeio -, se conseguirmos vencer a etapa do crescimento vegetativo da folha - com quinquênios, promoções por tempo de serviço e avaliações de desempenho -, se conseguirmos vencer a margem de crescimento de um ano em relação ao outro, que supere o crescimento do ICMS, aí, sim, o governo terá condições apropriadas, obedecendo, obviamente, à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quero chamar a atenção dos Deputados. É preciso colocarmos as coisas num patamar de igualdade. Não dá para tratar os agentes políticos sem obedecer à LRF ou sem superar todos os obstáculos incluídos no Projeto de Lei nº 3.669, enviado pelo governo do Estado, a respeito do qual já requeremos audiência pública na Comissão de Administração Pública, para debatermos a questão com os servidores públicos. Enfim, por outro lado, para os chamados agentes políticos, não teríamos que obedecer a nenhum critério para conceder os reajustes.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este encaminhamento é para alertá-los de que aprovaremos, em 2º turno, a criação dos cargos de Auditor e de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, fixando também seus subsídios e dando outras providências. É necessário refletirmos sobre o assunto, porque, da forma como está colocado no Projeto de Lei nº 3.669, não vislumbramos, até o presente momento, nenhum reajuste considerável, que dê tranquilidade para os servidores públicos civis e militares do Estado chegarem à sua data-

base, prevista pelo projeto para 1º de maio, tendo um aumento significativo.

Fizemos um acompanhamento, eu diria, grosso modo, do crescimento da receita de ICMS em 2004, 2005 e 2006, que poderíamos ter como referência para o exercício de 2007, conforme previsto no Projeto de Lei nº 3.669. Teremos a possibilidade de um reajuste ínfimo, o que certamente desagradará muito aos servidores públicos do Estado.

É necessário, ao aprovarmos esse projeto, termos a clareza de que o Projeto de Lei nº 3.669/2006 está tramitando na Casa. Nós, Deputados e Deputadas, não podemos ficar de braços cruzados, aprovando tudo o que diz respeito aos agentes políticos, como já foi feito com o salário dos Procuradores e dos Desembargadores e certamente acontecerá com o salário dos Deputados, pois aprovaremos aqui, por meio de resolução, caso haja alguma aprovação em Brasília. É bom que tenhamos sensibilidade para encarar esse projeto de forma séria, coerente, não permitindo que os servidores públicos do Estado tenham apenas uma migalha de reajuste, conforme a previsibilidade estampada no Projeto de Lei nº 3.669.

Sr. Presidente, faço este encaminhamento para dizer que V. Exa. colocará em votação também os projetos relativos à suplementação orçamentária, para cuja discussão já me inscrevi. Se há condições para suplementação para o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Justiça Militar, o Ministério Público... Aliás, está tramitando o projeto do Ministério Público que prevê um adicional de 15% para Procuradores e Promotores.

Nesses 15%, está previsto o trabalho exaustivo nos finais de semana, os plantões e as ações de emergência do Ministério Público. São 15% de gratificação sobre o subsídio do Promotor e do Procurador, totalizando, respectivamente, R\$19.000,00 e R\$22.000,00.

Alerto esta Casa para a existência desses projetos de agentes políticos que estão tramitando, porque, por outro lado, também existe um projeto dos servidores públicos que cria uma série de obstáculos a serem vencidos. E mais: se todos esses obstáculos forem vencidos, mas acontecer qualquer abalo sísmico na chamada macroeconomia do País, o reajuste ficaria prejudicado, conforme previsto no Projeto de Lei nº 3.669. Estou falando em abalo sísmico, caso haja uma ruptura na economia brasileira, o que, realmente, poderia inviabilizar o crescimento de receita dos Estados, fazendo com que ela não pudesse ser repassada aos servidores.

Não podemos continuar convivendo com uma casta de servidores públicos ganhando salários elevadíssimos, enquanto outros servidores estão ganhando muito pouco. Em que pese sermos chamados de membros de Poderes, Procuradores, Desembargadores, Deputados, Secretários de Estado e membros do Tribunal de Contas somos todos servidores públicos. Estamos aqui recebendo do mesmo cofre público e do mesmo Estado que arrecada, porque é esse mesmo cofre público que redistribui as parcelas chamadas duodécimos para cada Poder.

É necessário ter clareza, consciência e, acima de tudo, a sensibilidade devida na hora em que formos discutir o Projeto de Lei nº 3.669, para não deixarmos um Soldado da Polícia Militar, um Detetive, um Soldado do Corpo de Bombeiros ou uma professora do Estado ganhando cerca de R\$500,00, R\$600,00 ou R\$1.000,00 e aprovarmos aqui projetos do Ministério Público concedendo 15% de gratificação para o referido Ministério, que paga salários de R\$19.000,00 e R\$22.000,00.

Faço esse apelo aos nobres colegas Deputados, para que estejamos atentos na hora da votação desse projeto que está fixando subsídio para os Auditores e Procuradores adidos ao Tribunal de Contas do Estado.

Faço o encaminhamento dessa votação apenas para a reflexão.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.335/2006 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, gostaria de comemorar a aprovação desse projeto que acabamos de votar e que vai determinar o subsídio para o Auditor e para o Procurador do Ministério Público, porque ele finalmente vai permitir que quatro novos Auditores passem a fazer parte do quadro do Tribunal de Contas, visto que eles são fundamentais, e também quatro Procuradores, fazendo com que exista o Ministério Público no interior do Tribunal de Contas.

O Deputado Laudelino Augusto vem chamando a atenção para uma comissão da qual fiz parte, assim como os Deputados Miguel Martini, Sebastião Navarro, Antônio Carlos Andrada e outros. Estabelecemos uma série de medidas que deveriam ser implementadas no interior do Tribunal de Contas para que esse órgão pudesse, de fato, fiscalizar melhor, o que significaria um avanço para a nossa legislação e os nossos Municípios.

Essas duas medidas, a criação da Auditoria e do Ministério Público, eram fundamentais, e agora, depois de muito tempo, acabamos por viabilizá-las. Muito ainda falta para que o Tribunal de Contas possa ter um funcionamento adequado, mas esses dois pontos são importantes, daí a minha insistência pela aprovação deles, desde a realização da comissão especial que analisou as questões do Tribunal de Contas.

Quero também aproveitar o assunto apresentado pelo Deputado Sargento Rodrigues sobre a aprovação desse projeto, concordando com ele, mas alertando os servidores públicos de que está em execução, de modo escondido, sorrateiro, o chamado choque de gestão 2, que o Governador Aécio Neves está preparando para Minas Gerais. Os jornais têm noticiado que o Governador Aécio tem sido muito procurado por outros Governadores que estão querendo saber como foi o choque de gestão 1. Entusiasmado com isso ou plantando notícias favoráveis a isso, estamos vendo que o Governador está preparando o choque de gestão 2. Se o servidor conseguiu resistir ao choque de gestão 1 e não morreu eletrocutado, com o choque 2 as chances de sobrevivência do servidor público serão menores ainda.

Já se encontram na Assembléia três projetos que esboçam esse choque de gestão 2. Um, citado pelo Deputado Sargento Rodrigues, é a política remuneratória, que é a política não remuneratória, para que não haja aumento. O que houve de avanço nos planos de carreira, e foi pouco, será submetido ao aumento de receita ou não, para que sejam efetuadas a promoção e a progressão. O que era para ser automático tem agora um monte de obstáculos.

Fora isso, há também o projeto do Ipsemg, em que o governo anistia ou quer que a Assembléia anistie a dívida que ele tem com os servidores do Ipsemg. Faz parte disso também a privatização da Copasa, que o governo pretende impor.

Para limpar a pauta, fizemos um acordo com o Presidente de não colocar esses três projetos em pauta. Quero deixar isso público, pois enquanto não houver e se não houver acordo, esses projetos não entrarão em pauta para votação. Julgo isso importante, porque é, sem sombra de dúvida, a preparação que está havendo aqui desse choque de gestão 2, com várias maldades dentro do saco, retomando agora após o processo eleitoral. É preciso chamar a atenção dos servidores públicos, pois o Governador voltou à tona com o seu choque de gestão 2, com

três projetos que estão nesta Casa. Nós, evidentemente, teremos de fazer de tudo para que não haja a aprovação desses projetos.

Concordo com o Deputado Sargento Rodrigues, mas digo que este é um problema do governo do Estado, pois foi a política realizada nesses quatro anos. E, infelizmente, avizinha-se o novo choque de gestão com esses três projetos; seria o choque 2. Com ele, dificilmente o servidor público escapará de morrer eletrocutado. Em especial, os servidores da Polícia Militar, os funcionários da saúde, da área administrativa e os funcionários da área da educação, os professores, coitados continuam recebendo um piso salarial ainda menor do que o salário mínimo em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Votamos favoravelmente e com uma expectativa muito grande de agora, com a presença do Ministério Público no Tribunal de Contas, alguns contratos... Gostaria de falar especificamente sobre um contrato da Prefeitura de Belo Horizonte com a empresa que, neste momento, faz a retirada da lama do fundo da Lagoa da Pampulha. Aqui estamos para todo o Estado de Minas Gerais. Lamentavelmente, a nossa Lagoa da Pampulha está com aquela obra totalmente abandonada. Desde a minha juventude, tive a possibilidade de fazer corridas em volta da lagoa, e ver como a lagoa está hoje é uma tristeza para todos nós, belo-horizontinos, especialmente pelo mau cheiro que exala.

Há um tempo, houve a denúncia por parte do Tribunal de Contas sobre esse contrato da Prefeitura de Belo Horizonte com essa empresa. Até agora, absolutamente nada foi feito. Esperamos que agora, com a presença do Ministério Público, seja feita justiça e que retornem aos cofres públicos, pois pertencem ao povo de Belo Horizonte os recursos mal utilizados pela Prefeitura em favor dessa empresa.

Votamos favoravelmente, na expectativa de que o Ministério Público acate efetivamente o que o Tribunal de Contas já identificou: documentos foram encontrados abandonados em regiões de Belo Horizonte, e, a partir daí, os Auditores constataram a fraude no entendimento feito pela Prefeitura de Belo Horizonte com a empresa Andrade Gutierrez.

Queremos, rapidamente, Sr. Presidente, dizer que ontem o governo federal disse ter tido uma vitória: a vitória de privatizar a Fernão Dias. Esse partido que, durante toda a campanha, combateu a privatização, privatizará a Fernão Dias. A partir de agora, todos os mineiros que utilizam aquela rodovia terão de pagar para tanto. Veremos qual será a empresa que privatizará a Fernão Dias. Outras estradas também serão privatizadas pelo governo, que diz ser contra a privatização.

Quero novamente alertar os moradores de Belo Horizonte para o IPTU, cujo valor se encontra acima da inflação, para dar conta do tamanho da máquina da Capital. Denunciamos o valor altíssimo desse imposto aos belo-horizontinos. Já sabemos que nada reverterá para os funcionários, pois eu e outros Deputados fomos convidados para um encontro com os servidores da Prefeitura de Belo Horizonte. Eles nos dirão o que estão passando na Prefeitura de nossa cidade, Prefeitura que está agora privatizando, por decreto, cemitérios, como o da Paz, o da Consolação e o da Saudade. Mas estaremos com os servidores, que reclamam não ser recebidos pelo governo em Belo Horizonte. Nós, Deputados, ouviremos as suas palavras. O Presidente do Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Belo Horizonte foi obrigado a voltar para o seu cargo de origem, porque a Prefeitura cassou sua licença para representar os servidores.

Mas é grande a nossa expectativa de ver a Justiça atuar, com a presença do Ministério Público, fazendo com que os administradores da Prefeitura de Belo Horizonte sejam penalizados por esse contrato fraudulento feito contra o bolso do contribuinte.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvindo a fala do anterior, do Deputado Rogério Correia, temos a impressão de que o Governador Aécio Neves quase perdeu as eleições em Minas Gerais. O governo, segundo ele, foi tão ruim, que, para os que chegam hoje a Belo Horizonte e sintonizam a TV Assembléia, fica essa falsa impressão de que o Governador teve muita dificuldade em ser eleito para um segundo mandato em Minas Gerais. Quero informar-lhes que o Governador Aécio Neves foi eleito com quase 80% dos votos dos mineiros, o que significa que, entre estes, também se encontram os servidores públicos. Isso porque, antes do governo Aécio Neves, no desgoverno anterior do Sr. Itamar Franco, o servidor não tinha uma data certa para receber, as verbas estavam retidas, não sabiam quando ou se iam receber décimo terceiro salário; planos de cargo, nem sonhar; a desordem era total na questão remuneratória.

O Governador pegou o Estado com um déficit de 2,4 bilhões, entrou devendo 2,4 bilhões, saneou as contas do Estado e fez o plano de cargos e a tabela salarial. Faltava, de acordo com o combinado com os servidores, enviar a lei remuneratória para a Assembléia Legislativa, e ela chegou. Para quê? Para ser discutida e debatida na Casa. Serão ouvidos, como sempre ocorreu, os representantes das diversas categorias dos servidores públicos e os Deputados da Oposição e da Situação. Discutiremos e veremos qual lei remuneratória sairá da Assembléia Legislativa. Esse é um dos governos mais democráticos que Minas Gerais já teve.

Quanto ao choque de gestão, vários Governadores do Brasil estão vindo aqui para aprender com Minas Gerais. Eles são de diversos partidos, ou seja, partidos que apoiaram o Presidente Lula, partidos que estiveram na oposição ao Presidente Lula. É preciso ter competência para administrar o Estado. O choque de gestão fez o Estado de Minas melhorar, ter novamente condições de investimentos e o maior crescimento do País. Melhoraram a educação e as estradas de Minas Gerais naquilo que dependia do Estado. O governo federal tapou os buracos.

Então, quero dizer que a sociedade mineira está muito contente e satisfeita e mostrou isso nas urnas. O Governador Aécio Neves recebeu quase 80% dos votos; foi uma das maiores votações, se não a maior, já dada a um governante para sua reeleição em Minas Gerais.

O choque de gestão 2 veio exatamente para dar condições ao Estado de crescer ainda mais, melhorar a renda do mineiro, melhorar os salários dos servidores públicos e a questão da Copasa, que não será privatizada coisa nenhuma. A Copasa, essa grande empresa mineira de saneamento básico, tem prestado um grande serviço ao Estado de Minas Gerais e precisa ser modernizada para ter mais condições de servir na ponta, servir àqueles que precisam de água tratada e esgoto e não têm água potável para beber na torneira da sua casa.

Então, a gestão do Governador Aécio Neves foi muito bem aprovada, Deputado Rogério Correia, e aqueles que estão desavisados fiquem sabendo disso. Agora o projeto, conforme combinado pelo governo, chegou à Assembléia, e vamos fazer sua discussão. Quanto à questão da Copasa, o Presidente autorizou, e serão realizadas audiências públicas e dados os esclarecimentos para que votemos. A Assembléia Legislativa tem este papel: fazer a discussão, aprimorar os projetos, melhorar e corrigir. Esse é o nosso papel, e o do Governador foi muito bem-feito.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, lembro que, na história, tivemos grandes vitórias eleitorais, como, por exemplo, Barrabás, que ganhou de Jesus uma eleição direta para ver quem seria poupado; uma eleição com grande votação de Fernando Collor de Melo; e também uma grande vitória de Jânio Quadros. Portanto, a história registra grandes vitórias eleitorais.

Além disso, Sr. Presidente, quanto aos projetos mencionados pelo Deputado Rogério Correia, penso que eles merecem uma análise, para que, de fato, não se acuse o governo de falta de criatividade, porque você pagar dívida por lei é algo que ainda não tinha visto.

Esse pagamento da dívida do Estado com o Ipsemg por lei é de um ineditismo que nos deve levar a uma análise profunda. Primeiro, porque isso me parece desnecessário. Com todo o choque de gestão que foi feito, o Estado já tem déficit zero, suas contas já estão equilibradas. Portanto, acredito ser desnecessário zerar uma dívida por lei. Mas mesmo assim, embora o déficit seja zero, se for necessário zerar dívidas,

quem sabe podemos usar esse instituto, aprofundando-o. Podemos, por exemplo, usar um mesmo projeto de lei, talvez por meio de emendas, para que o Estado possa zerar sua dívida com o mercado financeiro. Apresentamos uma emenda zerando a dívida do Estado com o mercado financeiro. Podemos até zerar os R\$39.000.000.000,00 que o Estado deve à União. Talvez com um gesto simples como esse desta Assembléia Legislativa, aperfeiçoado por esta Casa, possamos de uma vez zerar não só o déficit, como também o imenso estoque de dívida deste Estado.

Essa é uma sugestão ou uma questão que levanto, que nos deve remeter a uma análise profunda quando do estudo desse projeto de lei nos próximos dias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Questões de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta discussão sobre o choque de gestão deveriam estar presentes outros Deputados.

Há duas matérias a serem votadas, importantíssimas, que precisam de melhor análise desta Casa do povo mineiro. A primeira é a privatização da Copasa, que já foi privatizada. Conhecemos essa história ainda no governo Eduardo Azeredo. Começou com o Governador Hélio Garcia, tendo prosseguimento no governo Eduardo Azeredo, quando privatizaram a Cemig. Foram vendidos 33% das ações. Primeiramente, eles captaram os recursos, depois entregaram as ações da Cemig para pagamento dessas dívidas. O Governador Itamar Franco usou este Parlamento, que teve papel importantíssimo em todo o processo de retomada da Cemig para o povo mineiro. Estamos vendo agora que estão fazendo com a Copasa o mesmo jogo e as mesmas artimanhas. Nunca vi isso em minha vida. Meu pai me ensinou que negócio bom é aquele que dá lucro; todavia, hoje alguns especialistas administrativos do governo falam que prejuízo também é um bom negócio, tanto que estão criando uma empresa da Copasa, a qual é deficitária. No entanto, não falam quem cobrirá seus déficits.

Essas são idéias fantásticas de alguns pensadores, que querem quitar a dívida do governo com o Ipsemg, por meio de uma lei. Acho que isso é bom mesmo. Poderíamos, aliás, estendê-la a todas as Prefeituras, que passam por grandes e sérias dificuldades para quitar seus débitos para com o Ipsemg. Se o governo pode, as Prefeituras também podem. Esse seria o grande enfoque do choque de gestão 2. Podemos até voltar a discutir a dívida do Estado, que, no início do Governo Aécio Neves, há cerca de quatro anos, era de R\$28.000.000.000,00, mas que será encerrada em R\$52.000.000.000,00.

A Governadora eleita do Rio Grande do Sul, Yeda, está levantando essa bandeira, que Minas levantou por meio do Governador Itamar Franco. Ele não conseguiu levar adiante a renegociação das dívidas do Estado. Minas Gerais hoje deve estar pagando aproximadamente R\$230.000.000,00 de juros, por mês, um sacrifício para o povo mineiro e para o próprio Orçamento do Estado, que pode comprometer nisso 13% de sua receita, o que daria, em média, esses R\$230.000.000,00, menos de 30% do valor devido. Assim, todo mês, incorporamos à dívida 70% de juros, que deveriam ser pagos pelo Estado.

Nessas discussões, a Assembléia precisa ter coragem de ajudar o Governador. Alguma coisa está errada. Se formos quitar a dívida, como disse o Deputado Sávio Souza Cruz, por meio de lei, estaremos diante de uma boa solução. Estamos precisando, em alguns segmentos, de passar uma régua sobre tudo e começar um Estado novo. Já fiz essa proposta aqui na Assembléia e fui bastante questionado, quando disse que deveríamos fazer uma anistia de tudo, fechar o Estado para balanço e começar um novo Estado. Isso eu fiz. Cheguei a apresentar um projeto de lei.

Fecharíamos o Estado para balanço e começaríamos outro Estado totalmente diferenciado, sem os vícios que hoje apresenta e sem as próprias dificuldades que atravessa, as quais não são fruto de responsabilidade de seu governo nem do próximo, mas de uma estrutura que herdamos há 100 anos.

Agora chega alguém com uma cabeça pensante formidável e quer quitar a dívida do Ipsemg por meio de lei. Acho que isso merece uma reflexão maior. Até onde querem chegar? O que querem fazer? Se podem quitar a dívida do Estado, vamos também quitar a das Prefeituras. Aí o Ipsemg começaria uma nova vida, sem ficar naquela idéia de que dívidas atrasadas, dívidas impagáveis fazem parte do caixa. Isso é coisa de cabeça pensante de administrador público, que pega esses débitos das Prefeituras, que não terão a mínima condição de receber, e joga como fluxo de caixa, causando essa confusão de rolamento de dívida. Enfim, se podemos quitar a dívida do Estado, podemos também quitar a das Prefeituras. Essa é a grande discussão. Assim, o Ipsemg teria nova vida. Já tentamos votar aqui, várias vezes, modificando, fazendo revisões. No governo Itamar Franco, fomos enganados, quando a administração do Ipsemg veio até aqui e disse que o órgão não estava deficitário, tinha fluxo de caixa, estava saudável, possuía R\$380.000.000,00. Lembro, como se fosse hoje, numa reunião em meu gabinete, que disse que estávamos sendo enganados, que o Ipsemg estava quebrado. "Não" - disseram -, "o Ipsemg está bom". Aí veio a base do governo Itamar Franco, que é a mesma de hoje, depois que levantei a questão de que estávamos equivocados, mas deixei que a coisa fosse conduzida, e acabamos votando a reformulação do Ipsemg, que foi a maior farsa que votamos até hoje. E o governo era nosso, do PMDB.

Quando levantei a questão de que estávamos sendo enganados, veio o sindicato, o Diretor, e acabaram enrolando todo o mundo. Embarcamos e aprovamos a reformulação do Ipsemg, o que acabou por afundá-lo. Hoje, o Ipsemg não atende no interior. O usuário desse órgão passa as maiores dificuldades e humilhações para conseguir uma consulta, um tratamento ou uma internação.

Então, temos que fazer outra discussão. Vamos discutir o choque de gestão 2, fazendo um novo Estado de Minas Gerais. Isso seria coerente. O Governador tem respaldo popular para fazer e propor isso. A Yeda, que é do partido dele, está propondo uma caminhada nacional para que se possa rever todas essas mazelas do governo federal, que impôs aos governos estaduais essa dificuldade, essa inadiplência, esse faz-de-conta que vivemos hoje. Todos nós, aqui, na Assembléia, nas Prefeituras, no governo, fazemos de conta que está tudo bem, mas infelizmente vai muito mal essa questão da administração pública.

Esta é a minha proposta: se formos votar o Ipsemg, que votemos também a anistia para as Prefeituras.

O Deputado Adalclever Lopes - Caro Presidente, da mesma forma como se manifesta o Deputado Antônio Júlio, temos também a nossa preocupação, e não só em relação ao projeto do Ipsemg.

Tivemos o choque de gestão, mas hoje está ficando claro que foi um choque de indigestão. O "Correio Brasiliense" publicou que o Estado de Minas está com o pires na mão, que deve mais de R\$39.000.000.000,00 só para a União. Então, temos que tomar muito cuidado, olhar a questão com muita atenção, queridos Deputados Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Rêmoló Aloise. O choque de gestão não pode virar choque de indigestão para o Estado. Caso contrário, teremos que plagar o saudoso Geraldinho, de Goiás: "Pode dar um curto-circuito nos bofes, e o Estado ter um dilurimento".

Precisamos ter muito cuidado. Esse projeto do Ipsemg, de novo, é um engodo. Os pares desta Casa têm que tomar cuidado. Precisamos juntar todos os parlamentos e rediscutir o pacto federativo, mas de forma ativa e sem mentira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é surpreendente o que faz o posicionamento político. De qualquer forma, vem-

nos o alento de ficar evidente o momento democrático que vivemos no Brasil. Pessoas mudam de posições e, ao mudarem de posição, com frequência mudam também o discurso.

O que gostaria de pontuar neste momento é que todos nós temos o dever e a disposição de trabalhar para que tenhamos o melhor para o povo de Minas: o melhor governo, a melhor gestão com o dinheiro público, repercutindo tudo isso numa melhor qualidade de vida para o povo mineiro.

E o choque de gestão foi bom ou foi choque de indigestão, como estão dizendo alguns? Na verdade, o povo mineiro já se manifestou com 80% de sua expressão com relação ao atual governo. Mas gostaria de pontuar algumas coisas elementares: primeiro, quando falamos de dívidas, quando se coloca que devemos próximo de R\$40.000.000.000,00, isso é fato. Mas é preciso dizer que o atual governo não contraiu um só centavo dessa dívida. É preciso dizer que a dívida cresceu no atual governo por culpa da política econômica do governo federal, com taxas de juros escorchantes. E são juros reais, porque, além da correção da dívida, vem o juro. É o juro mais a correção monetária da dívida. Portanto, foram juros reais absurdos que fizeram com que, a partir do momento em que essa "pactuação" foi feita, Minas Gerais ficasse devendo mais de R\$20.000.000.000,00. E ainda estamos devendo próximo de R\$40.000.000.000,00.

Então, é muito oportuno, Sr. Presidente, que os parlamentares do PT, do PMDB, que já se aliam de forma integral ao governo federal, falem na tribuna adequada e consigam aquilo que o Brasil inteiro defendeu, que é uma repactuação, especialmente dos juros, e que não seja da forma escorçante com que os Estados têm sido penalizados. É bom que fique claro que o governo Aécio Neves não endividou em nada Minas Gerais com relação à União.

Em segundo lugar, choque de gestão foi algo que o povo mineiro sentiu, e não foi por acaso que votou maciçamente em Aécio Neves. O povo mineiro percebeu que antes dele vivíamos uma realidade em que o Estado gastava mais do que arrecadava e não conseguia pagar sequer o servidor público, não conseguia investir um centavo para melhorar estradas, saúde, educação. E, num trabalho sério e responsável, o governo reequilibrava as contas num primeiro momento. Alguns disseram que não havia déficit zero porque ainda tínhamos dívida, como se esse ensinamento elementar da contabilidade não fosse compreendido. Entendo que não é questão de ser capaz, já que aqui chegamos porque o povo mineiro achou que somos capazes. Déficit zero significa gastar tão-somente o que se arrecada ou arrecadar o suficiente para o que se irá gastar. Não é aumentar a dívida. Isto foi o que este governo alcançou no primeiro patamar: o equilíbrio fiscal. A partir daí, nos anos de 2004, 2005 e 2006, a capacidade de investimento veio e hoje já está próxima de R\$3.000.000.000,00 em cada Orçamento anual para custeio de despesas e investimento para melhorar a qualidade de vida de nosso povo. Isso precisa ficar claro, senão estaremos insuflando todos e dizendo que o choque de gestão foi um erro.

O Deputado que me antecedeu fez referência à questão do Ipsemg. Disse que a Assembléia foi enganada, que foi um engodo. Até chegou a dizer que foi a mesma base, mas eu ainda não estava aqui, porque sou Deputado de primeiro mandato.

À época, o PSDB fazia oposição ao governo do PMDB, e quem dirigia o Ipsemg e fez a tal reforma foi um militante do PT. Isto mesmo, Sr. Presidente: um militante do PT fez as mudanças que levaram o Ipsemg a esse formato deficitário - e aí, sim, quebrado, como o Deputado afirma da tribuna. Naturalmente, o Instituto precisa do nosso apoio - e o terá -, para que encontre o equilíbrio e, mais do que isso, sirva bem aos servidores.

Foi esse o esforço que o Governador Aécio Neves fez no primeiro mandato. No segundo mandato, queremos que o governo volte a ser perdulário e a gastar desordenadamente mais do que arrecada?! Queremos que fique como algumas Prefeituras, que não têm dinheiro para pagar o servidor - não é para dar aumento, não, é para pagar em dia - e para fazer investimentos? Não. Não é esse o Estado que o servidor público mineiro quer. Não quer um Estado desorganizado, quebrado, falido, que não consegue pagar os salários em dia, que faz com que o servidor tenha de entrar em greve para receber o 13º salário. Não, o servidor não quer um Estado assim. Quer um Estado organizado, com capacidade de investimento, com arrecadação crescente - como ocorreu -, para não precisar aumentar impostos e, aí sim, aumentar os salários dos funcionários e melhorar as condições do Ipsemg.

Obviamente, o Governador Aécio Neves, com sua competência e seriedade, é o timoneiro, o líder, o condutor - e o povo mineiro decidiu isso - que deverá dar seqüência, e com certeza o fará com o nosso apoio e com a clareza dos que querem o melhor para Minas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Rogério Correia - Em primeiro lugar, chamo a atenção para a incoerência que alguns Deputados cometem ao ocupar a tribuna.

Pelo raciocínio aqui empregado, o Governador Aécio Neves não pode ser criticado, porque teve 80% dos votos e foi reeleito. Já não podemos falar do choque de gestão nem dos projetos do Governador que estão na Casa, porque ele foi reeleito. Mas, ao mesmo tempo, critica-se a política econômica do Presidente Lula, que também foi reeleito com grande margem de diferença. Se for assim, o parlamento deverá ficar calado ou só poderá falar bem do que o governo de cada um fez. Extingue-se a Oposição, então. Cala-se a Oposição, porque o Governador foi eleito, e o Lula fará o mesmo no Congresso Nacional. Cala-se a Oposição, e ninguém pode mais criticar o Presidente Lula e sua política econômica. Ora, isso é um descabro.

O Parlamento existe, exatamente porque há posições diferentes: a maioria e a minoria. Portanto, fazer análise dos projetos que aqui estão é um dever nosso, como Deputados Estaduais, assim como os Deputados Federais têm o dever de analisar os projetos federais. Aliás, os Deputados Estaduais devem também analisar a política econômica federal.

Embora Lula tenha sido reeleito, não significa isso que outros políticos não possam ter opinião diferente. O Deputado Domingos Sávio, por exemplo, tem todo o direito de opinar sobre a política econômica do governo Lula, embora o Presidente tenha recebido mais de 65% dos votos em Minas Gerais. Desse modo, coloco-me também no dever e no direito de me opor ao choque de gestão e à política do Governador Aécio Neves nesse caso particular.

Apontei três projetos do Governador, não para sobre eles fazer uma discussão preconceituosa ou tentar evitá-la com sofismas. São três projetos que estão na Casa, os quais julgo que não devem ser aprovados. Um deles é o do Ipsemg.

Sendo certo que o Estado tem uma dívida com o Ipsemg, de dinheiro dos próprios servidores, é correto que proclame anistia para si próprio, de modo que não tenha de pagar o que deve ao Instituto? Sinceramente, não acho isso correto. Aliás, nem base legal sustenta um governo decretar ou aprovar uma lei que o anistie de pagamentos. Se assim fosse, seria muito bom. O PMDB tem razão quando diz que poderíamos, dessa forma, resolver vários problemas no mundo. O Brasil poderia, por exemplo, dizer que a dívida externa não seria paga, aprovar um projeto no Congresso Nacional e extinguir suas dívidas com qualquer um.

E as Prefeituras também poderiam fazer isso com o Estado e a União. Esse projeto não tem sustentação. Não consigo ver uma defesa correta. O fato de o projeto ser aprovado agora não apaga em nada os erros do passado. Trata-se de uma dívida existente.

Esse projeto não merece ser aprovado pela Assembléia Legislativa pelo seu conteúdo. Discuto aqui o seu conteúdo. Isso é importante. Esse projeto significará um esfacelamento ainda maior do Ipsemg, que já não está bem das pernas. O Deputado Antônio Júlio tem toda a razão: o Ipsemg não atende no interior, e as reclamações são constantes. Todos os Deputados sabem disso. Quando vamos ao interior, recebemos várias reclamações da ineficiência do Ipsemg. Isso ocorre pela completa ausência de verbas e pelo esfacelamento do órgão.

Agora, se o Estado deixar de pagar o que deve ao Ipsemg, mais arrojada ficará a situação do órgão e pior ainda o nosso Instituto. É preciso pensar uma política de socorro ao Ipsemg, pois acredito que ele deva existir. A não ser que o governo considere que ele não deva existir, deva ir para uma Oscip, deva ser privatizado, mas tem de colocar claramente o que pretende.

Defendo a política de salvar o Ipsemg, e não a de enterrá-lo. Se a intenção do governo é, como eu já disse, privatizá-lo, entregá-lo a uma Oscip ou deteriorá-lo completamente, que abra o jogo. O conteúdo tem de ficar claro para votarmos o projeto.

Simplesmente anular uma dívida e o Estado deixar de pagar aos servidores o que deve, não é correto. Esse é o sentido da nossa crítica a esse projeto, ao seu conteúdo. Não quero discussões preconceituosas, nem ataques a isto ou aquilo, em nome de não fazer a discussão do conteúdo do projeto.

O segundo ponto se refere ao problema da política remuneratória. Não sei se os Deputados verificaram o conteúdo do projeto que aqui chegou. Aprovamos os planos de carreira. Neles, o servidor teria sua promoção ou progressão automaticamente, independentemente das condições financeiras do Estado, que buscaria viabilizar a promoção e a progressão desse servidor.

Portanto, se o servidor fez um curso, teria direito à promoção. Se ele passa na avaliação de desempenho e tem tempo suficiente, automaticamente terá sua progressão.

O projeto que veio agora a esta Casa tira a forma automática e passa não apenas a conceder reajuste caso o ICMS cresça e vença outros obstáculos, mas também a incluir a promoção e a progressão, que eram automáticas no plano de carreira aprovado. Ou seja, trata-se de um golpe no servidor.

Houve uma discussão que durou quatro anos, num processo extremamente demorado, e, agora, o governo diz que aquilo não valeu e que o que valerá está condicionado ao crescimento do ICMS e a tantos outros obstáculos. É uma corrida de obstáculos. Se o servidor, coitado, conseguir vencer os obstáculos, cairá morto e, com o choque de gestão, não terá sequer socorro médico. Então, esse é um projeto de conteúdo político. Houve um retrocesso do que foi discutido.

O terceiro é o projeto da Copasa. Ele tem de responder ao conteúdo citado pelos Deputados Antônio Júlio e Adalclever Lopes. Digam-me o que será feito com a empresa deficitária da Copasa? Quem pagará a conta do déficit? Essas perguntas não foram respondidas. Será ela posteriormente privatizada como o foi a Cemig? A Cemig foi privatizada na época do governo Azeredo.

Meu tempo já se esgotou, não tenho aqui nenhum instrumento para defender o governo passado, o Sr. Itamar Franco, que até apoiou o governo Aécio Neves, mas tenho de fazer justiça. Já disse ao Deputado Miguel Martini que ele é um ingrato. Acredito que o Aécio não seja tão ingrato quanto ele, pois foi apoiado pelo Itamar Franco por duas vezes. Mas a ingratidão do Deputado Miguel Martini é algo que nos assusta. Fala como se o ex-Governador Itamar Franco não tivesse importância no processo eleitoral do governo Aécio Neves. Aliás, o grande erro do Itamar Franco foi apoiar, por duas vezes, o Aécio.

Algumas ações não foram erros, e sim acertos: evitar a privatização da Cemig e de Furnas. Nesse ponto de vista, concordo com o Itamar Franco. Agora, dizer que ele endividou o Estado também não é verdade.

A dívida vem sendo acumulada pelo Estado há muito tempo, desde o governo Hélio Garcia, e se aprofundou mais com o ex-Governador Azeredo, que vendeu o Bemge, o Credireal e a Cemig, mas esse dinheiro não foi suficiente para tirar a dívida do Estado, foi mal gasto, porque continuou endividado. Essa dívida foi negociada entre o Governador Eduardo Azeredo e o Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Estado, hoje, deve mais de R\$40.000.000.000,00.

Essa dívida foi reajustada, em termos do INPC, num negócio malfeito entre o Azeredo e o ex-Presidente Fernando Henrique, que levou ao endividamento. Concordo que não é culpa do Governador Aécio Neves, a dívida foi negociada pelo Governador Azeredo com o ex-Presidente Fernando Henrique. Essa é a dívida a que o Estado está submetido. Foi uma má negociação feita por todos os Estados, inclusive o nosso.

As críticas que faço aos projetos aqui existentes são em relação ao conteúdo. Temos que saber como votaremos esses projetos. Na minha opinião, os projetos do Ipsemg, da política remuneratória e da Copasa não podem ser aprovados, porque, no seu conteúdo, são equivocados. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, quero dizer ao nobre Deputado Rogério Correia que nunca fui apoiado pelo ex-Governador Itamar Franco. Ele foi, o partido dele foi, teve Secretaria, teve tudo, então ele tem que fazer esse papel mesmo, tem que defender o Governador Itamar Franco e aqueles que se deliciaram, concordaram e apoiaram o governo Itamar Franco. Eu, não. Continuo pensando a mesma coisa, nunca mudei e continuo dizendo aquilo que é verdade. O Governador Aécio Neves assumiu o governo Itamar Franco com um déficit de R\$2.400.000.000,00.

E ele mistura a dívida fundada com o déficit orçamentário, mas são coisas distintas. Na época da negociação da dívida, ela pode não ter sido boa, e não foi boa para nenhum dos Estados, mas a situação era muito pior, porque era preciso ir ao mercado captar recursos para pagar juros de "overnight" para garantir a dívida que foi herdada do passado e que também não foi feita no governo Eduardo Azeredo.

Essa discussão é boa, principalmente vindo do PMDB e do Partido dos Trabalhadores, pois mostra que tanto os Deputados do PMDB quanto os do Partido dos Trabalhadores, que estão se alinhando em âmbito federal, estão conscientes da necessidade de o governo federal fazer um reescalonamento dessa dívida, de modo que comprometa um percentual menor da receita orçamentária do Estado. Essa é uma notícia até boa. O Estado de Minas Gerais fica satisfeito com isso.

Dívida é uma coisa; déficit orçamentário é não ser capaz de gerir o Estado no que ele recebe e no que ele tem que gastar. Isso mostrou competência, o choque de gestão.

Há uma diferença muito grande entre ganhar uma eleição no primeiro turno, com quase 80% de votos, e ter que ir para um segundo turno, numa briga, e conseguir a vitória. Há uma diferença muito grande. Ganhar no primeiro turno significa ter aprovação. O segundo turno é uma escolha entre duas possibilidades.

Fui Presidente de CPI e de comissão especial sobre o Ipsemg no governo anterior ao Aécio Neves e sei que o Ipsemg era um desastre, um verdadeiro descalabro. Notícias sobre desvios e corrupção chegavam à Assembléia toda hora. Lembro-me muito do então Prefeito de Pedro Leopoldo, Deputado Marcelo Gonçalves, que toda hora trazia notícias absurdas sobre o Ipsemg. E o que se passa com o Ipsemg? A situação é grave. Fizemos esse debate há pouco tempo, quando percorremos o Estado de Minas Gerais discutindo sobre isso. O Ipsemg precisa ter uma melhor condição financeira para dar um atendimento de qualidade à saúde, principalmente no interior.

Isso significa que, se cair a obrigatoriedade - a ação está no Supremo, com alguns votos dados -, a compulsoriedade de contribuição, se a Assembléia, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e o Tribunal de Contas deixarem de contribuir, o Ipsemg não terá condições de atender aos servidores. Dependerá do governo do Estado a continuação desse atendimento de qualidade. O Ipsemg precisa, minimamente, que cada contribuinte pague em torno de R\$50,00 "per capita" para fornecer saúde de qualidade.

O governo do Estado não deseja prejudicar o Ipsemg. Pelo contrário, isso poderá ser excelente para o instituto, porque o pagamento está reescalado em 30 anos. O Governador poderá pagar muito antes disso, aumentando a cota do governo na área de saúde, aumentando a cota do governo no Ipsemg e em outros setores, mas a dívida não precisa constar contabilmente. Considero isso muito oportuno. Conversei sobre esse assunto com o nosso companheiro que realizou um trabalho belíssimo no Ipsemg, o Deputado Mauro Lobo, que afirmou ser isso muito interessante para o instituto. Basta que a dívida não conste contabilmente, porque, de alguma forma, prejudicará o Estado de Minas Gerais como um todo. Não se deve deixar de pagar o Ipsemg. Pelo contrário, pode antecipar-se a cota de pagamento por meio do repasse de um percentual maior para a área de saúde, o que viabilizará a saúde dos servidores do Ipsemg.

Como o ponto de vista sempre recai sobre determinados pontos, necessitamos de todos os dados. Essa discussão é boa, o debate faz bem, porque, com os dados objetivos colocados, com as reais intenções expostas, poderemos fazer um julgamento. Pela fala do Deputado que me antecedeu, parece que o governo pretende dar um calote. É exatamente o contrário. O governo quer e precisa - até porque é sua responsabilidade - viabilizar o Ipsemg. Para viabilizá-lo, é melhor que essa dívida não esteja contabilmente no Estado, mas que se faça um encontro de contas para que o Estado possa repassar um percentual maior para cobrir esse débito num prazo menor, e isso é possível, com ganhos para o servidor do Ipsemg.

Se realmente for derrubada a obrigatoriedade de contribuição, o Ipsemg precisa ser revisto. Não é necessário privatizá-lo. Já chegamos a essa conclusão, porque é o maior plano de autogestão com absoluta condição de funcionamento. Visitamos os Estados do Paraná e de Goiás e verificamos que isso é perfeitamente possível. Temos um mútuo que nenhum plano de saúde tem, temos um HGIP que nenhum outro plano de saúde tem, temos uma equipe de servidores que nenhum outro plano de saúde tem. Então, temos condições de ofertar não apenas aos servidores estaduais, mas também aos seus dependentes, aos servidores de Prefeituras e a outros servidores um atendimento de qualidade, sem privatizar o instituto, que continua sendo o Ipsemg dos servidores públicos de Minas Gerais. Existem muitos modelos. Precisamos abrir a mente e o coração para perceber que existem outras possibilidades e necessidades. Não devemos ficar apenas com o discurso de que o Estado deixará de pagar a dívida, de que não deseja pagá-la.

É o contrário; há muitas maneiras de viabilizar o Ipsemg, e nós discutimos esse assunto. E uma delas é esta: se cair a compulsoriedade, todos os servidores teriam de ser atraídos. Vimos que o plano de saúde pode ser gerido pelo próprio Ipsemg, ao menor custo hoje existente no mercado e com melhores condições de atendimento. Percebemos isso em outros Estados e temos perfeitas condições de fazê-lo aqui.

Em relação à política remuneratória, o governo está enviando o projeto para cá, conforme combinado. Vamos proceder à discussão. Se for preciso aperfeiçoar alguma coisa, isso será feito. A intenção do governo é melhorar ainda mais a situação do servidor - não com esse discurso assustador, que não encontra fundamento no real.

As discussões devem ser realizadas, mas precisamos trazer dados reais. O que é melhor para o povo mineiro? O que é melhor para o servidor, especialmente para o Ipsemg de um modo geral? Temos modelos extraordinários. Esqueçam. Privatizar o Ipsemg seria um golpe contra o Estado, contra o servidor, contra tudo. Só mesmo uma mente doentia faria tal coisa. Não há absolutamente nenhuma necessidade disso, e os dados, os levantamentos, os cálculos atuariais estão disponíveis.

Só para citar algumas informações, um plano de saúde estrutura-se na sua área comercial, na sua área de publicidade e na contratação de prestadores de serviço. O Ipsemg já tem os servidores e não precisa de um departamento comercial, porque os servidores já têm o desconto em folha. Ele precisa criar um modelo de autogestão, perfeitamente possível com o mútuo maravilhoso que tem, que são os servidores públicos do Estado de Minas Gerais, podendo agregar servidores dos Municípios, de Câmaras Municipais. Mas não da forma como era, em que, por exemplo, uma Prefeitura pagava R\$10,00 para cada dependente. Assim não tem condições. Aqueles que não são servidores públicos estaduais podem contribuir com um valor maior, que será infinitamente menor que o cobrado por qualquer plano de saúde. Não se encontra no mercado plano de saúde a menos de R\$200,00 - um ruizinho custa R\$150,00. Com o Ipsemg administrando, dá para fazer na faixa de R\$80,00. Baixíssimo. É mais ou menos a contribuição dos servidores da Assembléia.

O Hospital Governador Israel Pinheiro é extraordinário. Temos um centro de atendimento odontológico de primeira linha. Nenhum plano de saúde tem isso! Então, temos como fazer. Deputado Rogério Correia, estou com V. Exa.: somente uma mente doentia poderia pensar em privatizar o Ipsemg, porque não há nenhuma necessidade disso. E podem ficar tranquilos que não é neste governo que isso acontecerá.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, só uma rápida participação, até para responder ao Deputado Domingos Sávio e ao próprio Miguel Martini. Somos a favor de um governo que funcione para o povo mineiro. O PMDB e eu, principalmente, temos lutado muito por isso. Fui talvez o único companheiro e Presidente desta Assembléia que enfrentou o governo, mostrando as mazelas de parte daqueles que lá permanecem, indiferentes ao próprio governo, querendo fazer mudanças que prejudicariam o povo mineiro.

O Governador Itamar Franco nos atendeu várias vezes e fez com que fossem retirados vários projetos, porque informamos a ele que não poderiam tramitar, por não serem para o povo mineiro nem para o governo.

Naquela época, a Assembléia teve uma participação muito grande, foram várias as CPIs e comissões especiais para discutir a situação do governo, e não a do Governador. Essa diferença tem de existir.

Fico feliz quando vejo o Deputado Miguel Martini dizer, de forma muito clara, que o que ele quer é apenas deixar de contabilizar o déficit do Ipsemg. Foi exatamente isso que aconteceu com o déficit zero. Apareceu um inventor, um camarada mais inteligente do que os outros, que parou de contabilizar o não-pagamento da parte da dívida do Estado, o que, no governo anterior, a própria Secretária de Fazenda contabilizava como déficit, e esse era o déficit do Estado. Tanto é que o governo Aécio Neves só foi descobrir isso no meio do primeiro ano de seu governo, justamente porque apareceu essa pessoa mais inteligente do que os outros para lhe dizer que existia a dívida, mas que ela não deveria ser contabilizada como déficit.

Digo isso só para deixar claro que não queremos fazer oposição. O que queremos é o Estado funcionando. Queremos que o Estado seja um bom Estado para todos nós, porque, se o governo estiver funcionando, ele será um bom governo.

O PMDB teve uma participação no choque de gestão do Governador Aécio Neves, quando aprovamos aqui, no final do governo Itamar Franco, a lei delegada. Eu era contra essa lei, porque achava que quem deveria fazer as leis era a Assembléia Legislativa. Mas, atendendo aos argumentos da equipe de transição do Governador Aécio Neves - da qual eu era o Presidente -, disse que a única forma de se fazerem algumas mudanças no Estado seria por lei delegada. Não criei dificuldade para aprovar a lei; pelo contrário, nós a aprovamos 22 dias antes do prazo final, como desejado, ainda no governo Itamar Franco.

Quando levantamos essas questões, é porque queremos um governo que funcione. Não estamos aqui para discutir com a pessoa do Governador Aécio Neves, porque, daqui a quatro anos, o seu mandato vai passar e o governo continuará do mesmo jeito. São sempre essas pessoas pensantes que querem cometer essas loucuras.

Fizemos agora a desverticalização da Cemig. O PMDB segurou a discussão por vários dias, e a Cemig não queria entrar na discussão. Tive de falar com o Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, afirmando que não havia necessidade de se fazer uma discussão pública e propondo que fôssemos até a Cemig. Foi o que nós, um grupo de Deputados, fizemos.

Estava claro: não houve desverticalização nenhuma. Tratava-se apenas de uma imposição do governo federal, por meio do Ministério das Minas e Energia, desde a época do Governador Itamar Franco, que não concordava com isso. O que aconteceu foi que aprovamos a lei aqui, e não se desverticalizou nada. A situação continuou a mesma; o que mudou foi o contador, porque os Diretores e os gerentes continuaram os mesmos. Apenas criaram-se três empresas separadas, e, com isso, a nossa energia passou a ser a mais cara do Brasil. É lógico que o custo aumentou, porque foi preciso dividir o custo da energia para três empresas, apesar de a diretoria ter continuado a mesma, mudando-se apenas o contador.

Esse é o questionamento que o PMDB tem feito, e esperamos que o Governador Aécio Neves, que vai tomar posse agora, no dia 1º de janeiro, tenha uma grande gestão à frente do governo do Estado. Mas isso não nos vai impedir de levantar e discutir algumas questões. É para isso que fomos reeleitos e eleitos, no caso daqueles que vão chegar para um primeiro mandato: para levantar aquilo que achamos que é equivocado.

Quanto ao problema da Cemig, após a minha ida até lá, fui o único que votei contra, porque lá trás fizemos vários movimentos para votar contra, mas estava consciente de que não estava havendo desverticalização nenhuma, e sim sendo aumentado o custo operacional da Cemig para atender aos interesses do governo federal, oriundos do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E o Lula, que, naquele período tinha sido contra o governo Fernando Henrique, impôs mais uma vez, sem analisar as conseqüências da desverticalização numa estatal do porte da Cemig... Isso apenas aumentou o custo da energia elétrica para o povo mineiro.

Quero deixar bem claras essas questões, para dizer que o que está havendo no serviço público é a mudança de contabilidade. Quando o governo tem para receber aqueles créditos que ele não recebe de jeito nenhum, dívida de quem quebrou e depois sumiu ou de quem não existe ou é laranja, principalmente na Secretaria de Fazenda, que tem mais de 150 mil ações na Justiça - é tanta competência que tem 150 mil ações na Justiça -, o governo contabiliza isso como um fluxo de caixa, uma possibilidade de caixa. Mas, quando ele deve, ele tira, não é déficit.

Acho que temos de fazer essa discussão, mesmo que votemos da forma como eles querem, mas temos de votar conscientemente, sabendo que estamos votando e que o governo está modificando a lógica de se fazer a contabilidade pública. Entendo isso, já fui Prefeito e sei que há hora em que o governo precisa de alguns mecanismos para administrar, pois a burocracia é tanta que, às vezes, não é criada pelo próprio governo, mas por emenda constitucional, pelo governo federal. Hoje há também as agências nacionais, como as de energia e de telecomunicações, impondo normas a toda hora. Todo mundo legisla neste país, menos o parlamento, menos o Congresso Nacional, menos a Assembléia. Todos determinam.

Hoje acompanhei uma discussão, Sebastião, do Senador Antônio Carlos Magalhães, fazendo um projeto de lei para regulamentar a venda do pãozinho, porque o Inmetro determinou que o pão só pode ser vendido no quilo, esquecendo que o Estado de Minas Gerais tem 853 Municípios e, em mais de 500 Municípios, nem se sabe o que é uma balança de precisão. Como vão vender o pão no peso? Fazer um projeto de lei para regulamentar o preço de um pãozinho é uma brincadeira. O parlamento precisa ter mais responsabilidade. Precisamos discutir coisas sérias. Não é fazer oposição pela oposição, porque fazer oposição é muito fácil. Posso chegar aqui e falar que o cabelo de V. Exa. está mal penteado; não tem nada a ver uma coisa com a outra, mas é oposição. Posso dizer que o senhor está com a mão rosto, está triste. Essa não é a oposição que queremos fazer, queremos fazer oposição de discussão de mérito, de coisas concretas para melhorar este país, com responsabilidade. Acho que está faltando isso.

Hoje fiquei triste quando vi essa notícia nacional e a imprensa dando destaque a um projeto de lei, Rogério Correia, para regulamentar a venda do pãozinho. Será que não temos coisa mais importante para discutir? Será que não há coisas que estão afligindo o povo mais do que a venda do pãozinho? Infelizmente, quantas pessoas do interior, do mundo afora estão passando dificuldades e só comem pão no sábado, quando recebem o recurso? E estamos discutindo a venda do pãozinho, que tem de ser no peso, que o peso aumentou, diminuiu, aumentou o tamanho do pão.

O PMDB se propõe a fazer discussões sérias, podemos dizer isso, pois participamos do choque de gestão do Governador Itamar Franco. Foi o PMDB que deu estrutura aqui para a votação da lei delegada. No primeiro momento, avisamos o Governador Itamar Franco que não a votaríamos por questão de princípio, mas depois entendemos que era uma lei necessária para uma mudança, pois víamos as dificuldades que o Governador enfrentava no seu governo - talvez por falta de pulso mesmo ou por falta de visão administrativa, não vou discutir. Entendemos e votamos, não criamos nenhuma dificuldade. Votamos porque acreditávamos, como continuamos acreditando, que o Governador Aécio Neves tem capacidade de fazer um bom governo. Mas, para ele ter essa capacidade, tem de haver aqui, na Assembléia, essas discussões, porque não podemos cobrar do Governador, Deputado Sávio Souza Cruz, que ele entenda de tudo isso, que entre no mérito do Ipsemg, que saiba de contabilidade, disso e daquilo, pois ele não vai saber. A responsabilidade é nossa de fazer, de mostrar ao Governador o que está errado, equivocado, porque, quando se aprova uma lei boa, é o Governador, quando se aprova uma lei ruim, vamos bater em quem? Às vezes, o Governador não é o maior culpado, apesar de ser quem sanciona a lei.

É essa a discussão que queríamos fazer, principalmente nesses dois pontos. Temos experiência, Miguel Martini. V. Exa., como Oposição na época do Governador Itamar Franco; nós, como Situação, temos experiência com relação ao que se passou no Ipsemg. Acho que aí temos de consertar o que entendemos que estava errado, consertar agora, para o próximo governo, nesses quatro anos ou daqui a 10 anos, 12 anos, pois passamos pela mesma história do problema de desverticalização e da privatização da Copasa. Já vivemos isso. A Assembléia fez uma CPI, e tudo foi apurado, apesar de não ser divulgado. É essa a discussão que queremos fazer, até para preservar a imagem dessa liderança mineira, que é o Governador Aécio Neves. Todos nós, mineiros, temos de ter a responsabilidade de preservá-lo. Mas não vamos preservá-lo puxando saco, escondendo a poeira debaixo do tapete.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Devo agradecer ao nobre Deputado Antônio Júlio, mas gostaria de explicar-lhe que esta Presidência tem tido enorme paciência para o engrandecimento da discussão neste Plenário. Então, minha tristeza não é pela paciência, e sim pelo dever de ofício de ouvir todos os Srs. Deputados.

Quanto ao meu cabelo, lamentavelmente, não tenho jeito de colocar uma peruca. Entendo que V. Exa. tem um cabelo bem melhor que o meu, mas a vida, às vezes, dá-lhe algumas coisas externas e tira-lhe outras internas. Sinto-me muito bem internamente, por ter uma enorme

paciência e um juízo enrolado como os meus cabelos cacheados. Só peço a V. Exa. que entenda que sou um tanto mais velho que o senhor, e as modificações, com a velhice, tornam-se claras e evidentes.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, uma frase antiga dos políticos diz que "adversário, quando não tem defeito, você põe". Não quis dizer... Eu poderia referir-me a vários defeitos imperceptíveis aos olhos dos outros, mas visíveis aos meus. Portanto, foi apenas uma brincadeira. V. Exa. tem tido um comportamento exemplar em prol da democracia, deixando que as coisas aconteçam e que os Deputados se manifestem. Também entendo, pelo Regimento da Assembléia, que teria outras formas de me manifestar. Temos outros mecanismos para tanto. Mas, como houve essa discussão, que estava faltando ao Parlamento, que se encontra muito apático, acho que foi uma boa oportunidade. E V. Exa. conduz o trabalho com muita tranquilidade. Peço-lhe desculpas pela minha brincadeira, que foi apenas para exemplificar. Quando queremos fazer oposição, questionamos a postura da pessoa, o terno, o cabelo, o bigode, a barba, os olhos. E não nos queremos comprometer nem fazer esse tipo de brincadeira, que pode ser interpretada como de mau gosto. Mas creia que foi apenas para exemplificar e dizer que política a gente faz com seriedade, e não apenas oposição pela oposição.

O Sr. Presidente - Gostaria de explicar ao nobre Deputado Antônio Júlio que estarei aqui até às 13h59min para ouvir os Deputados.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, obrigado pela sua paciência de aqui nos dar a possibilidade de travarmos um debate rico. Fico 100% com o posicionamento do Deputado Miguel Martini, que faz um resgate histórico de algumas questões. Mas não poderia calar-me diante de algumas coisas que foram ditas. Como parlamentar da Oposição - e o Deputado Miguel Martini era um de seus Líderes no governo passado -, também votamos uma lei delegada em que o Governador Itamar Franco solicitou delegação da Assembléia Legislativa para dar aumento aos servidores públicos. Não entrarei em seu mérito, mas reconheço a importância, no início e mesmo antes do governo, de a Assembléia Legislativa ter dado ao Governador Aécio Neves a possibilidade de montar uma estrutura sonhada para o governo que está se encerrando. Fui, de alguma forma, provocado para me manifestar porque participei, especialmente, do início do governo. O que foi montado neste governo possibilitou-lhe efetivas condições de investimento para que pudesse cumprir suas obrigações. Alguns tentam mostrar que o choque de gestão, a austeridade com as contas tem sido apenas propaganda, o que não é verdade. Tive a oportunidade, junto a vários companheiros, de montar as secretarias deste governo. A Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes não existia. Eram, pelo menos, quatro pastas que se fundiram. Direitos humanos eram da alçada da Secretaria de Justiça; a Setascad era outra secretaria; esporte era de uma outra também.

Para que fosse possível o menor gasto, todas essas secretarias foram reunidas. Mais do que isso: havia políticas que poderiam perfeitamente estar próximas. Por exemplo, sabemos que hoje o esporte é um grande gerador de emprego e renda, e a possibilidade de o termos junto à política do trabalho foi muito importante. Temos, neste governo, mais de 5 mil técnicos treinados a partir da possibilidade de contar com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT -, e hoje esses são os técnicos do esporte em Minas Gerais. Temos um esporte que cresce a partir disso e sabemos que tudo foi feito com a ajuda do Conselho Regional de Educação Física. Então, Sr. Presidente, tenho de dar esse testemunho, porque havia em Minas Gerais mais de 20 secretarias, e hoje há 15, mais 2 extraordinárias. Essa foi uma possibilidade de enxugamento de gastos com pessoal terceirizado.

Outra coisa importante que ocorreu foi que o governo, praticamente desde o início, realizou suas compras baseadas em pregão eletrônico, com um sistema único de compras, o Siad. Todos esses instrumentos foram valiosos para que, efetivamente, o governo gastasse menos e realizasse uma gestão enxuta e um choque de gestão. A princípio, Deputado Miguel Martini, o Governador determinou que, depois de criada a secretaria, deveríamos realizar um corte de 20%. Fizemos esse corte. Depois, mais 10%. Então, iniciamos o governo com 30% de corte nas secretarias, e o interessante foi que realizamos os cortes e a secretaria, ainda assim, movimentou-se - uma secretaria importante na área social. Foi incluído nela um programa da área de assistência social, o Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas. Temos um número: ele se iniciou com R\$20.000.000,00 e agora já vai aportar R\$78.000.000,00 na inclusão social de famílias vulnerabilizadas, em Minas Gerais.

Então, queria esta oportunidade e agradeço muito ao Deputado Rêmo Aloise a possibilidade desse testemunho pessoal. Não é uma fantasia; isso aconteceu no Estado de Minas Gerais, o que possibilitou reconhecimento do trabalho do Governador Aécio Neves e de sua equipe por parte dos mineiros. Também a Assembléia Legislativa deu grande contribuição, quer seja quando votou a lei delegada ou aprovou a reforma administrativa feita pelo Governador, quer seja na revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG -, nas leis orçamentárias. Tivemos, por parte da Assembléia e do governo, interação para que ocorresse discussão, algumas vezes ou na maioria delas, neste Plenário. A presença do Deputados, das entidades e organizações e do povo de Minas Gerais possibilitou que o governo obtivesse êxito nesse choque que ocorreu.

Por fim, Sr. Presidente, também lembraria um outro instrumento utilizado neste governo que a mim parece fundamental. Desde o tempo em que presidi, aqui, uma CPI que investigou a facilitação na obtenção da Carteira de Habilitação, tive a oportunidade de ver o modelo das auditorias setoriais em Nova Iorque. O Departamento de Motores e Veículos de Nova Iorque tem uma auditoria setorial ligada à Auditoria-Geral do Estado de Nova Iorque, e isso foi implantado em Minas Gerais. Todos nós, Secretários, Presidentes de autarquias e órgãos do Estado de Minas Gerais, temos auditorias permanentes ligadas ao Auditor-Geral do Estado de Minas Gerais. Então, eu, quinzenalmente, mensalmente, tinha relatórios da minha gestão. Poderia até ter algum erro na minha gestão, mas saberia e poderia, imediatamente, tomar decisões e atitudes em relação a equívocos que pudessem ocorrer.

Portanto, fui impelido a dar esse testemunho pessoal e parece-me que também a população de Minas Gerais reconheceu esse esforço, esse trabalho que, de alguma forma, não foi apenas do Governador Aécio Neves e de sua equipe, mas também desta Assembléia Legislativa, que deu grande contribuição para que Minas Gerais tivesse hoje equilíbrio nas contas.

É fundamental esse equilíbrio das contas para a saúde do Estado de Minas Gerais, que hoje tem previsão no Orçamento de 2007, em discussão, de R\$2.000.000.000,00 de investimento. É muito para um Estado que experimentou essa recuperação, que creio não ser de uma pessoa, mas de uma equipe e dos Poderes, sendo que o Poder Legislativo teve papel fundamental em tudo isso.

Muito obrigado pela sua paciência. Ainda bem, Presidente, que, como médico, sua especialidade não é cirurgia, porque, se fosse, o senhor já teria feito um corte rápido. O senhor permitiu que fizéssemos um debate rico nesta manhã.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, primeiramente quero cumprimentá-lo por esse espírito democrático, e é característica dos democratas a paciência. Na verdade, precisa existir o debate, pelo que louvo V. Exa. Observamos que o debate político está morto em Minas Gerais. Não há mais espaço para ele. Há um senso comum, um discurso único, o que não constrói nada nem contribui para o aprimoramento de nossas instituições.

É muito importante que o debate ocorra, mas mais importante ainda é que as instituições exerçam seu papel. O Deputado Antônio Júlio trouxe à baila uma questão que, a meu juízo, é a mais importante neste momento, ao dizer que hoje o Executivo, o Judiciário, o Ministério Público e a imprensa legistem, e as Casas Legislativas perderam muitas de suas atribuições.

Por isso é fundamental que todos nós, em Minas Gerais, reeleitos ou eleitos para uma nova legislatura, tenhamos, de fato, a disposição de fazer desta Casa uma Assembléia Legislativa, e não, como ela lamentavelmente vem sendo, uma Assembléia homologativa das vontades do Poder Executivo.

Tratamos aqui do Ipsemg. A origem dessa dívida do Ipsemg vem do governo Eduardo Azeredo, quando o recurso era tirado da folha dos servidores, mas não repassado ao Instituto, num caso clássico de apropriação indébita. Falamos sobre a dívida fundada com a União, cuja negociação também foi feita no governo Eduardo Azeredo. Esse governo foi também aquele que tentou entregar a Cemig, em um processo revertido não pela força das armas, mas pela Justiça, tão danoso era ao povo de Minas o acordo que havia sido feito com o chamado sócio estratégico, para quem se deu uma empresa, a maior que os mineiros construíram em sua história.

Esse governo permitiu que se colocasse em xeque a própria existência do Estado mineiro, quando uma corporação da história e da tradição da PMMG se pôs em revolta, colocando em risco não só a população, mas também a própria existência institucional do nosso Estado. Um governo que, entre outras coisas, passa à história como idealizador, construtor e aquele que se utilizou dos primeiros túneis do chamado "valerioduto".

Naquele tempo era aprovado tudo que era mandado para esta Casa. Precisamos fazer resgates. Terá havido alguma coisa errada no governo Aécio? É possível que sim. Terá havido algo equívoco no governo Itamar Franco? É possível que sim, também. É necessário que nós, aqui, na Assembléia Legislativa, façamos nosso papel, e não permitamos que essas avaliações sejam feitas "a posteriori". As proposições precisam, no presente, ser aperfeiçoadas não apenas numa lógica de quem é a favor ou contra o governo, mas de quem é a favor, permanentemente e sempre, do povo de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Miguel Martini - Sou apaixonado pelo Poder Legislativo e sonho com um Poder Legislativo cada vez mais verdadeiramente independente e que as regras do jogo sejam aperfeiçoadas.

Sabemos que isso passa pelo Orçamento do Estado, pelos instrumentos de planejamento público e, até mesmo, por uma mudança de presidencialismo para parlamentarismo. Aí, sim, o Parlamento se fortalece. Mas, enquanto essas regras não são modificadas, creio que quase a totalidade dos Deputados desta Casa pode testemunhar que nunca houve, como no governo Aécio Neves, tanto espaço para o diálogo, para os debates, para as discussões, haja vista que uma Oposição de aproximadamente 20, 25 Deputados - considerando o PT, o PCDoB, uma parte do PMDB e um ou outro que faz oposição a Aécio Neves - foi capaz de aprovar todas as propostas, fazendo-se algumas modificações.

Muita coisa foi aprimorada nesta Assembléia Legislativa porque o Governador Aécio Neves, democrata que é, parlamentar que foi e presidiu a Câmara Federal, assim quis. Nós - eu, como Líder da Maioria, e o Deputado Alberto Pinto Coelho, como Líder do Governo - sempre nos pautamos pela discussão, pelo diálogo. E quantas coisas foram cedidas exatamente para mostrar o respeito que o Governador tem pelo Parlamento, como não tivemos em outras épocas.

Quanto a dizer que o "valerioduto" começou em Minas Gerais, isso é um engodo que o PT conseguiu incutir na sociedade brasileira, pois são coisas absolutamente distintas. "Valerioduto" significa "mensalão"; "valerioduto" significa compra de votos; "valerioduto" significa compra de parlamentares. Isso é uma coisa, isso é "valerioduto". A outra coisa é campanha eleitoral, algo completamente diferente. O que o PT conseguiu, com muita competência, é fazer parecer que são a mesma coisa, mas não são. A verba, o "valerioduto" não teve benefícios do governo do Estado. Foi numa campanha eleitoral, e não feita pelo Governador Eduardo Azeredo. Então, se algo está muito claro, o Parlamento federal conseguiu entender. Agora, porque pegaram com a boca na botija, tinha que trazer alguém para dizer que é igual, mas não é igual, é muito diferente. Portanto, deixo aqui esse esclarecimento.

Em segundo lugar, quero dizer ao Deputado Antônio Júlio que também não é real dizer que se pega dívida podre para se colocar como receita orçamentária. Estou com o Orçamento de 2007 na mão. Deputado Antônio Júlio, não sei em quanto está exatamente agora, mas, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, parece que está em R\$2.000.000.000,00 a nossa dívida ativa, mas sei que já chegou a R\$6.000.000.000,00 ou a R\$7.000.000.000,00, enquanto a previsão de receita é apenas de R\$231.000.000,00. Ou seja, essa receita é aquela que está absolutamente de acordo com a Lei nº 4.320.

O Governador Aécio Neves conseguiu, por meio do choque de gestão, fazer planejamento. Não interessa para um governo que planeja e que quer dar resultado estimar uma receita falsa para depois não cumprir. Isso não é inteligente. Ele está prevendo R\$231.000.000,00 de receita, porque tem todos os dados de que irá efetivar essa receita. Se assim não fosse, ele teria colocado R\$2.000.000.000,00 de receita. O Governador Aécio Neves foi o primeiro Governador que teve a coragem de mandar para a Assembléia um Orçamento deficitário, porque sempre se fez a receita a partir da despesa. A lei diz que se estima a receita e, depois, se fixa a despesa. No passado, isto acontecia: inventava-se receita. Mas agora o Orçamento é real. Existem os planos estruturantes, com os seus gerentes. Tem o PPAG, que está sendo anualmente avaliado nesta Casa, que está fazendo correções de rumo, como nunca houve. Isso faz parte do plano de gestão e é uma modernidade administrativa, mas é preciso competência para fazê-lo.

Não há receita podre no Orçamento. Há receita previsível. Aquilo que é dívida ativa não está entrando como perspectiva de receita, porque é podre e o governo já não precisa disso. No governo Aécio Neves, pela primeira vez, o Orçamento deixou de ser uma peça de ficção, Deputado Rêmolo Aloise. E V. Exa., com tantos mandatos nesta Casa, como eu, vi quantos Orçamentos eram apenas simbólicos. Faziam emendas que não seriam realizadas, colocavam R\$1.000,00 numa emenda qualquer para depois executar R\$1.000.000,00. Agora tem que haver recurso, e isso fez com que o Estado pudesse promover negociações extraordinárias na contratação de serviços. A incerteza de receber elevava os preços. Existiam dívidas que já foram pagas. Agora, se está no Orçamento, será executado. Faz-se o pregão, que permite baratear. Essa informação não encontra fundamento no Orçamento de 2007.

Quero dizer que acho que o Parlamento precisa debater. E o debate se dá não só com idéias, mas também com dados e fatos. É claro que estará sempre aberta a possibilidade de sofismar, de cada um colocar o seu ponto de vista. Como disse o Deputado Antônio Júlio, cada um coloca o que lhe interessa. Concordo com ele. Oposição usa sempre uma lupa para ver o cisquinho que está no olho do outro. Infeliz do país, do Estado ou do Parlamento que não tem Oposição. Sempre respeitei profundamente a Oposição, que tem um papel fundamental. É a Oposição que tem a responsabilidade de olhar com lupa todos os defeitos e trazê-los para discussão.

Quantas vezes, pela própria Oposição, identificam-se algumas deficiências, alguns equívocos, alguns erros, e faz-se a correção de rumo. É muito importante respeitarmos as idéias opostas, mas que elas sejam fundamentadas, alicerçadas na verdade. Não dá para inventar histórias e dizer, por exemplo, que o "valerioduto" é a mesma coisa. É completamente diferente. Graças a Deus, não acabou tudo, mas essa campanha mostrou que o caixa dois já se reduziu bastante; que o Poder Judiciário, pelo menos na parte eleitoral, teve mais cuidado; e ainda vimos as cidades mais limpas.

Precisamos aprimorar a situação de uma vez por todas. A Transparência Brasil já identificou que o grave processo de corrupção existente no País começa nas campanhas eleitorais, nos financiamentos não declarados de campanha, que depois têm de dar retorno.

Sr. Presidente, agradeço-lhe a paciência. Muito Obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia deixar de dar a minha opinião. Aliás, esta é uma discussão importante e interessante, que caminha para a valorização do Parlamento. Quando falamos Parlamento, referimo-nos às Câmaras, às Assembléias e ao Congresso Nacional.

Quero concordar com a posição do Deputado Antônio Júlio e do Deputado Sávio Souza Cruz, ao criticarem veementemente a relação do Poder Legislativo com o Poder Executivo. A culpa não é do Governador, do Executivo. A culpa é deste Parlamento, dos seus membros. V. Exa. está aqui há quatro mandatos. Eu estou aqui há três mandatos e acredito que não evoluímos nada. Aliás, ultimamente pioramos a relação desta Casa como Poder. Quem sabe o Governador Aécio Neves não tenha ciência da relação do Executivo com esta Casa, que se dobra, de joelhos, a membros do Poder Executivo? Isso é lamentável.

Considero importante esta discussão. Quero parabenizá-los por ela. Deputado Rogério Correia, nesta legislatura, esta Casa não contou com uma Oposição consistente. Em outras legislaturas, já tivemos uma Oposição bem mais combativa. Na verdade, agora ela virou uma massa. Quero externar isso não no intuito de criticar, apenas, mas, quem sabe?, na próxima legislatura, possamos construir uma relação mais produtiva entre o Executivo e o Legislativo, para o bem do desenvolvimento de Minas Gerais.

Sr. Presidente, a gestão do Governador Aécio Neves é vitoriosa. Não basta apenas a opinião de A ou B, temos de ouvir a opinião do povo de Minas Gerais, que é sábio: aprovaram a gestão do Governador Aécio Neves e a do Presidente Lula para a Presidência da República. Portanto, a voz do povo realmente é da maior sabedoria.

Só quero lembrar aqui alguns fatos. Nós, que somos Deputados - como o Deputado Rogério Correia -, sabíamos da cobrança das verbas retidas. Vamos lembrar-nos delas. Felizmente, isso está resolvido. O atraso do 13º salário, que era pago em parcelas no ano seguinte, foi resolvido; hoje é pago em dia. Temos de lembrar isso na relação do funcionalismo público.

Com relação ao déficit zero, na verdade, ele é uma forma de apresentar a contabilidade do dia-a-dia. O Estado possui muitos precatórios e dívidas. Quero aqui defender a sociedade, para que o governo evolua com essa relação. Ficar devendo ao Estado é realmente uma via-crúcis.

Quando o Estado fica devendo ao cidadão, enrola por 10, 15, 20 anos, como foi o caso dos funcionários da Epamig, que estão recebendo, no governo Aécio Neves, uma dívida do Governador Newton Cardoso. É uma dívida de 20 anos atrás, em relação aos gatilhos e à URP. Estamos evoluindo.

O Estado tem problemas sérios, e o Ipsemg é um deles. Concordo com o Deputado Rogério Correia de que as reclamações sobre o Ipsemg no interior são diárias. Basta conversarmos com os funcionários públicos para que essa demanda seja apresentada. O Estado tem problemas em relação à Uemg e à Fapemig, com poucos investimentos na pesquisa. São coisas que temos que corrigir e, para isso, temos que produzir mais. Não tenho dúvidas de que o Estado tem uma equipe muito boa, com o Anastasia, o Brumer e o Marco Antônio, mas temos que produzir mais. O Brasil é um País muito pesado, que precisa das reformas tributária e trabalhista. Percebemos uma pressão muito grande contra a chamada terceirização, essa relação de trabalho que está muito defasada. E, com isso, o Brasil não produziu. Nos últimos 10 anos, o Brasil produziu a metade do que o mundo produziu em média, gerando menos empregos. Para resolver o problema do déficit para pagar as dívidas, temos que produzir mais. Essa é a tônica. O Brasil está produzindo pouco. Felizmente, Minas Gerais tem produzido um pouco acima da média nacional. Esse é um fato importante. O PIB de Minas Gerais tem crescido mais do que o PIB nacional. Precisamos corrigir essas distorções. O Presidente chama todos para fazer o pacto do desenvolvimento. Temos que entrar nesse barco e corrigir as mazelas deste país para não precisarmos pensar em dívidas, mas em progressos, aumento de salário dos servidores públicos, diminuição da carga tributária e diminuição das taxas de juros. Isso é o que fará o Brasil desenvolver-se.

Parabéns aos Deputados e a V. Exa. pela paciência de permitir o debate. São apenas 20 anos de democracia ininterrupta. Em 506 anos de Brasil, estamos aprendendo a democracia. As distorções existem, e não é culpa de ninguém, mas sim de um processo. Construiremos um país melhor e um Estado de Minas Gerais melhor por meio do processo democrático. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Em primeiro lugar, quero dizer que concordo com algumas questões pontuadas pelo Deputado Paulo Piau, que falou sobre questões relacionais importantes. Concordo com o Deputado, porque precisamos fazer esse debate nacional, diminuir taxas de juros e buscar o crescimento econômico. Tenho certeza de que V. Exa. poderá ajudar no Congresso Nacional para que esse debate se efetive e o Brasil possa caminhar nessa direção.

O papel que a Oposição tem e terá será importante, dependendo de que caminho trilhará daqui para a frente. Refiro-me à oposição feita ao Presidente Lula.

A Oposição em Minas Gerais - e, nesse aspecto, discordo de V. Exa. - teve um papel correto. O Deputado Miguel Martini disse que quase todos os projetos enviados pelo Governador Aécio Neves foram aprovados. Mas quase todos, aí, sim, foram aprovados com alterações. O papel da Oposição foi demarcar, e não inviabilizar o Estado de Minas Gerais. Se fizéssemos uma oposição dessas, seríamos incoerentes com o papel que estávamos exercendo nacionalmente, por meio do Presidente Lula. O papel da Oposição foi correto. Talvez tenhamos sido mal compreendidos. Talvez, se tivéssemos trilhado outro caminho, fazendo oposição por oposição, criticando o cabelo e o cisco nos olhos, fosse mais fácil. Mas essa não foi a nossa postura na Assembléia, mas sim a de evitar a aprovação de certos dispositivos que seriam prejudiciais ao povo mineiro. É o caso, por exemplo, do primeiro choque de gestão, em que cabia até demissão de funcionários públicos, de acordo com a lei enviada, e minimizamos os efeitos que seriam nocivos para o funcionalismo público.

Exercemos um papel de oposição ao governo naquilo que, programaticamente, discordávamos, mas não fizemos oposição ao Estado de Minas Gerais. Creio que a oposição ao Lula foi diferente, ou seja, fizeram uma oposição raivosa, sectária. Espero que percorra caminhos diferentes desses. Foi conduzida a isso por uma minoria, como o Senador Arthur Virgílio, que não foi bem sucedido nas urnas, no campo majoritário teve apenas 4% dos votos; e o Senador Bornhausen, que, de forma preconceituosa, disse que acabaria com a Oposição.

Deram a tônica do sentido oposicionista, que foi muito ruim para o Brasil: somente ontem tivemos a aprovação do projeto das microempresas e das pequenas empresas. Poderia ter sido aprovado há muito tempo, mas isso não ocorreu pela ação destrutiva de uma Oposição sectária, repito, raivosa e preconceituosa, que procurou inviabilizar o governo, em vez de exercer o papel de fato de oposição para corrigir o que estivesse errado. Infelizmente, foi esse o papel exercido por setores do PSDB e do PFL.

Deputado Paulo Piau, esse tipo de oposição não ajuda o País. Por exemplo, prejudicaram as microempresas e as pequenas empresas - responsáveis por grande geração de empregos -, que terão um deságio de impostos de 40% com a diminuição real da carga tributária. O projeto poderia ter sido aprovado anteriormente.

Outro exemplo é o Fundeb. Conforme esse fundo, serão colocados na área de educação mais R\$4.500.000.000,00 da União ao final de quatro anos. A partir do próximo ano, R\$2.500.000.000,00 serão colocados a mais nessa área. Infelizmente, uma postura sectária fez com que isso não passasse a valer a partir deste ano, prejudicando o Brasil, e não o Presidente Lula, como mostrou o resultado das eleições.

Esse tipo de oposição que o PT pode ter feito no passado não é correta. A postura que adotamos aqui foi mais correta, sob o ponto de vista de uma oposição. Eu continuaria nessa linha, até para construir um Brasil e um Estado de Minas Gerais melhores. Poderíamos ter colhido mais frutos se não fosse o papel sectário da Oposição.

Abordarei outros assuntos levantados pelo Deputado Paulo Piau. Por exemplo, verbas retidas, que, como o Deputado Sávio Souza Cruz sabe muito bem, foram criadas no governo Azeredo. Não existia o instrumento de verbas retidas. Às vezes, fica chato lembrarmos o passado, porque o pessoal deseja esquecê-lo, mas precisamos saber a origem dos erros. O instrumento de verbas retidas começou lá. Foi paga uma pequena parte no governo Itamar Franco. O Governador Aécio continuou o pagamento - ainda não solucionado - de verbas retidas, instrumento utilizado no governo Azeredo.

Não entendo uma coisa: o ex-Governador Eduardo Azeredo vendeu o Bemge, o Credireal, a Cemig, mas não conseguiu pagar nada, fez um péssimo acordo de endividamento, manteve o Estado endividado depois de vender tudo ou praticamente tudo que ele tinha. O instrumento de verbas retidas teve sua origem no governo Azeredo, em que também teve origem o atraso do pagamento do décimo-terceiro. O ex-Governador Itamar Franco, ao assumir o governo, em 1999, teve de pagar dois décimos-terceiros, ou seja, o de 1998 e o de 1999, durante todo o ano.

Naquela época, foi feita a correção do problema de atraso do décimo-terceiro, que hoje é colocada na conta do governo Aécio Neves. Esqueceram-se de que o pagamento do décimo-terceiro teve atrasos deixados pelo ex-Governador Eduardo Azeredo. Quando entrei para esta Casa, o grande debate era esse. Depois, foi preciso buscar recursos para o pagamento do décimo-terceiro no quarto ano de mandato do ex-Governador Itamar Franco, por meio de um acordo feito com o Presidente Lula no que dizia respeito a estradas.

O atraso do pagamento do décimo-terceiro teve origem no governo Azeredo. É bom não nos esquecermos do legado deixado pelo pior governo que Minas Gerais teve, o ex-Governador Eduardo Azeredo, que, aliás, foi o pai do "valerioduto" - o Deputado Sávio Souza Cruz tem razão -, utilizado para financiamento de campanha eleitoral. Recursos da Cemig foram utilizados para o financiamento de campanhas. O Procurador-Geral da República disse que, entre os dias 20 e 30, termina o processo que investiga o início do "valerioduto". O Ministério Público apontará isso. Essa é outra discussão, não a que estávamos fazendo aqui. Podemos até fazê-la em outro dia.

Voltarei ao assunto que estava abordando. Por exemplo, o argumento de que o déficit zero foi o grande legado do Governador Aécio Neves.

Todos sabem que a dívida aumentou. E a culpa não é do Governador ou do governo Aécio Neves. Foi uma negociação mal feita, repito, entre a administração Azeredo e o governo FHC, cujo pagamento de juros é enorme e vem endividando o Estado. No governo Itamar Franco, por força de lei, houve até confisco de dinheiro para pagar essa dívida. Depois o Governador Aécio Neves continuou pagando, e ela ainda é maior que o negociado pelo Governador Eduardo Azeredo junto ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A origem daquela dívida veio dali. Então, não existe déficit zero. Há "marketing". Zerou o orçamento. É claro, a Lei nº 4.320, que o Deputado Miguel Martini conhece muito bem, obriga que esteja zerado.

Despesas e receitas têm de se igualar no orçamento. De 2003 para 2004, o Governador Aécio, de uma forma midiática muito interessante, mandou um orçamento defasado. Fui um dos que denunciou que ele estava errado, que era jogo de "marketing". Tal procedimento foi inaugurado contrariamente à lei, enviando-se um orçamento que indicava que a arrecadação seria menor que o gasto, enquanto a Lei nº 4.320 obriga que se igualem receitas e despesas quando do envio da peça orçamentária. Foi assim que se fez depois, e é feito dessa forma até hoje. A questão orçamentária, portanto, sob esse ponto de vista de gerar receita, é obrigação decorrente de lei. Mas o déficit continua, o Estado permanece endividando-se cada vez mais com a União. Portanto, não existe propriamente o déficit zero, alardeado pelo Governador.

Mas é um Governador que tem a seu favor o silêncio da mídia. Aliás, não é um silêncio. Os afagos da mídia são feitos diariamente, em especial pela grande mídia mineira. A mídia não só se cala, como também afaga o Governador. O Tribunal de Contas, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça, domesticados; a Assembléia Legislativa, sufocada por uma maioria. Foi assim que se criou um certo consenso das elites mineiras em torno do governo Aécio Neves, o que não significa, evidentemente, que todos têm de concordar com ele, embora a sua vitória tenha sido inequívoca. Ninguém nega isso, mas não significa que o debate, Deputado Miguel Martini, tenha de terminar.

Repito que a questão não está explicada. O debate foi iniciado por nós, mas não estou convencido. Nesse caso, o papel da Oposição tem de ser o de barrar mesmo, pois até agora não vi nenhuma abertura para a negociação em torno dos três projetos mencionados. Quanto ao projeto da dívida do Ipsemg, embora possa dizer que há um processo de negociação, não é de conhecimento da Assembléia. E o projeto que está tramitando anistia a dívida do Estado para com o Instituto. No meu entender, o projeto não pode ser aprovado.

O segundo projeto é o da política remuneratória. Repito: é política não-remuneratória. Os obstáculos são tantos, que não haverá reajuste e nem progressão ou promoção na carreira, piorando a situação em relação ao que era. Não pode ser aprovado. O Deputado Rodrigues tem razão.

O terceiro projeto é o da Copasa. Não está explicado como as empresas serão deficitárias e quem vai pagar o seu déficit. Não há motivação para isso. Poderia ser feito um arranjo interno dentro da própria empresa.

O que me trouxe à tribuna inicialmente é que não há resposta do governo para isso. Por essa razão, o papel da Oposição de procurar barrar esse projeto parece-me necessário neste momento. Obrigada.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, começo pelo final, discordando do nobre Deputado Rogério Correia, que diz que a Oposição foi sufocada pela grande maioria. Nunca houve uma Oposição tão grande na Assembléia Legislativa, até em termos numéricos, quanto a que existe neste governo. Lembro-me de que eu e o Deputado João Leite, em muitos momentos, ficávamos; os dois, ou com mais três, no máximo quatro, em oposição ao governo anterior. Em determinada época, levamos três meses para impedir votações, porque o Regimento Interno da Assembléia é muito favorável às minorias.

Também ouvi aqui, inúmeras vezes, Deputados de oposição fazerem discurso e dizerem que, apesar de haver determinada restrição, isso era bom para Minas Gerais e que, por esse motivo, votariam a favor. Foi por esse motivo que a maioria das matérias foi aprovada, com o apoio da Oposição, por entender a Oposição que elas eram importantes para o povo mineiro, ou seja, que se tratava de bons projetos.

Em muitas situações a Oposição negociou e alcançou alguns ganhos e modificações, fazendo com que projetos fossem aprovados, porque isso era bom para o Estado. O povo mineiro percebeu que foi bom numa votação esmagadora.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que, se vamos falar de dívida passada, teremos de voltar muitos anos antes do Governador Eduardo Azeredo. Ele herdou a dívida que não estava fundada, ou seja, uma dívida flutuante. O trabalho da equipe econômica do Governador Eduardo Azeredo era ficar, diariamente, "batendo banco" daqui e dali para buscar fechar as contas do Estado, porque este não podia falir. Tinha de ter financiamento, e aí eles negociavam taxa de juros com bancos, fechando aquele montante da dívida. No dia seguinte, começava tudo de novo. Isso acontecia não só em Minas, mas também em outros Estados, tais como o Rio Grande do Sul, que também estava na mesma situação.

Foi feita uma proposta, e o governo federal assumiu todas as dívidas. E, agora, a negociação passou a ser feita com o governo federal, que, é claro, usava os seus mecanismos, já que ele podia emitir títulos, função que, no passado, cabia ao governo do Estado. Foi isso que gerou

dívidas, além da má gestão nos bancos estaduais e da inflação altíssima.

Antigamente, no governo Hélio Garcia e em outros, como no de Newton Cardoso, era fácil pagar a folha salarial: bastava atrasar 10 dias, porque uma inflação absurda proporcionava isso. Então ele atrasava 10 dias, aplicava aquele dinheiro, ganhava no mercado e pagava. Aí vieram a estabilização da moeda, a economia estabilizada e a hora de se fazerem contas.

Estou de acordo, o Governador Aécio Neves está de acordo, a Governadora Yeda Crusius também está, além de outros, Governadores, como o do Rio de Janeiro. Todos nós sabemos que os Estados não têm condições de pagar essa dívida. É preciso reduzi-la, como se fosse um Refis. O comprometimento da receita tem de ser reduzido, cair para 8% ou 9%, a fim de dar condições para os Estados voltarem a crescer.

O Rio Grande do Sul não conseguiu fazer, com competência, o que o Governador Aécio Neves fez. É preciso reconhecer isso. O Governador do Rio Grande do Sul foi rolando a dívida, ou seja, passando a bola para a frente, tanto é que nem para o 2º turno ele foi, apesar de ser uma boa pessoa. Eu o conheço e posso afirmar isso. O Governador Germano Rigotto é uma pessoa correta, mas não foi capaz de fazer o que o Governador Aécio Neves fez em Minas Gerais.

É claro que é preciso que o governo federal ouça e que os Governadores se mobilizem para exigir do governo federal uma redução do comprometimento da receita, como o Refis.

O Deputado que me antecedeu faz questão de não entender, e eu queria tentar explicar para os telespectadores da TV Assembléia, pois isso é muito simples. Suponhamos que haja uma receita 10, ou seja, que a minha receita mensal seja 10. Então, se eu gastar durante o mês apenas esses 10, o meu déficit será zero, não deverei nada. Ou melhor, não é que eu não tenha dívidas, e sim que não existe déficit entre a receita e a despesa. Muito diferente do orçamento sobre o qual falarei daqui a pouco.

Quanto eu recebo todos os meses? Dez. Até quanto posso gastar todo mês? Dez. Posso ter uma dívida, pois comprei uma casa que custa 100, mas o comprometimento mensal para o pagamento dos 100 é 1, que está dentro dos 10. Tenho déficit zero. Posso ter uma dívida de R\$1.000.000,00, mas, para pagar mensalmente tal dívida, comprometo 2, mais alimentação, vestuário, transporte e outras despesas, chego a 9, mas a minha receita é 10, tive um superávit de 1; embora esteja devendo R\$1.000.000,00, ele está sendo pago dentro do comprometimento mensal de receita que tenho.

É isso que aconteceu em Minas Gerais. Quando o Governador assumiu, havia dívida de R\$30.000.000.000,00 a R\$40.000.000.000,00, que é a dívida fundada do Estado; só que pagar o serviço da dívida, pagar servidor, cuidar da infra-estrutura e outras coisas, dava 12,4, nesse exemplo que estou dando, e o Estado arrecadava 10, Deputado João Leite. Havia um déficit de R\$2.400.000.000,00. Esse era o déficit orçamentário. Quando uma instituição financeira vai analisar algum credor, alguém que está-se habilitando a receber, ela não está muito preocupada com quanto ele deve, mas com que condições tem de pagar. Se vou pedir empréstimo a um banco - primeiro, banco costuma emprestar só para quem não precisa -, ele pede garantias patrimoniais; depois das garantias patrimoniais, vai ver se tenho condições, qual a minha receita. Tenho 10, já comprometendo 7 dessa receita, mas o financiamento é só de 1; então, existe condição de pagar. E o banco observa exatamente isso.

Não é verdade que se está escondendo dívida. Temos de voltar ao histórico - a dívida vem de longa data. A dívida do Ipsemg, quando fui o Presidente da CPI do Ipsemg pela primeira vez, era dívida dos últimos 10 anos. Pegava Newton Cardoso, Hélio Garcia... Essa era a dívida que, logicamente, estava caindo na mão do governante. E aquele que está governando agora é que tem de cuidar de tudo, tem essa responsabilidade. Mas a dívida fundada não foi feita pelo governo Eduardo Azeredo: a dívida do Ipsemg não foi feita pelo governo Eduardo Azeredo, podem pegar os anais da Casa, os registros; fui o Presidente, sei disso. Aprovamos um relatório de consenso quanto ao Ipsemg, mas a oposição, na época, achava que eu ia conduzir diferentemente os trabalhos. Lembro-me do hoje Prefeito Anderson Aduato, do Gilmar Machado, que vinham muito aguerridos e, ao final, aplaudiram, porque aprovamos aquilo que era melhor para o Ipsemg. A dívida também não foi feita no governo Eduardo Azeredo, que apenas deixou por algum tempo de repassar umas parcelas. Isso, sim, mas não foi da dívida toda: já havia uma dívida, tanto de Hélio Garcia quanto de Newton Cardoso, depois de Hélio Garcia. Não sei qual foi a ordem, mas deve ter sido mais ou menos essa a ordem dos governos.

Fundar a dívida no Estado de Minas Gerais foi um grande benefício; agora, o percentual foi o possível na época, só que contabilidade não se inventa - ela tem as suas regras, não tem jeito. Se há uma dívida, não se some com ela, como nessa questão do Ipsemg. Não se está sumindo, mas mudando-se o perfil dela. A forma de o Estado pagar ao Ipsemg será diferente dessa negociação que foi feita para se pagar em 30 anos. Isso será um ganho para o Ipsemg, se for feita uma boa negociação, e há interesse do governo do Estado em fazer essa negociação.

Não é verdade que o déficit zero tenha sido fabricado na mídia. A mídia, claro, tem um papel fundamental, indispensável.

Fico imaginando o seguinte: quando a mídia fala a favor do governo federal, do Partido dos Trabalhadores, ela é boa; quando fala dos acertos do governo Aécio Neves, não presta, está sendo comprada, e isso não é verdade. A mídia tem um papel: mostrar a realidade. Não é verdade, volto a dizer, que aqui a Oposição tenha sido sufocada. Não há como sufocar vinte e tantos Deputados, 17 só do PT e do PCdoB, mais alguns do PMDB, que em muitos momentos estiveram na Oposição, assim como outros Deputados mais independentes. Mas aprovou. Por quê? Porque percebeu que este governo, além de sério e competente, mostrou resultados.

Finalizo, Deputado Rogério Correia, dizendo-lhe da nossa certeza de que foi alcançado o déficit e, logo depois, o superávit. Basta pegar o orçamento e ver quanto será investido. Só pode investir quem gera superávit. Quem não o faz, não consegue investir. Minas Gerais ficou parada por muitos anos porque não tinha capacidade de investimento. Agora pode investir porque tem superávit, ou seja, Minas Gerais pagou todas as contas, manteve o governo em funcionamento e poderá crescer com estabilidade, atraindo investimentos e fazendo com que a economia cresça.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, acompanhei atentamente a fala de todos os Deputados que me antecederam e não tenho como me calar diante de algumas colocações aqui feitas.

Sinto-me muito à vontade para dizer que não entro no embate ideológico, travado nesta Casa entre PT e PSDB. Fico com as palavras do ilustre Deputado Sávio Souza Cruz, dizendo também que o Parlamento brasileiro deve fazer uma introspecção. As discussões não devem ser travadas apenas sob a ótica de Oposição e Situação. Quanto aos fatos incontestáveis, temos o dever de denunciá-los, na tribuna, independentemente de estarmos na Oposição ou na Situação. O PDT pertence ao bloco de sustentação do governo Aécio Neves, mas nem por isso deixo de me posicionar, apoiando-o nas suas ações macro de segurança pública e cobrando, com a independência que sempre me foi peculiar, as ações que ainda necessitam de aperfeiçoamento. Isso ocorreu quando do encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 3.335/2006. Fiz nesta Casa um encaminhamento que gerou muitos embates. Temos o Projeto de Lei nº 3.669, que cria a política remuneratória, e fiz um paralelo entre a política remuneratória dos servidores públicos e a dos Auditores Fiscais e Procuradores do Ministério Público. Infelizmente, assistimos, mais uma vez no País, à existência de uma casta de servidores públicos chamados membros de Poderes ou agentes políticos: Deputados Federais e Estaduais, Ministros, Procuradores federais, Desembargadores federais. E o fato se repete no Estado.

Quando do aumento salarial para essa casta de agentes públicos, agentes políticos ou membros de Poderes, não se observa crescimento do ICMS nem Lei de Responsabilidade Fiscal; não se criam todos esses obstáculos. Mas existe esse projeto que cria inúmeros obstáculos para serem vencidos. Essa é uma realidade, Sr. Presidente. Conversava com o Deputado João Leite: "Deputado João Leite, não dá para entender como hoje um Promotor ganha R\$19.000,00 - um Promotor, um Juiz, um Conselheiro do Tribunal de Contas". Deputado José Henrique, R\$19.000,00 são "apenas" 54 salários mínimos, enquanto um Soldado da Polícia Militar, um Detetive e um Agente de Polícia - a partir da reforma que realizamos aqui, com base num projeto do Governador, do qual tive a oportunidade de ser relator, em 2º turno - ganham R\$1.333,00. Isso são de 3,6 salários mínimos. Daí para 54, Sr. Presidente, está muito longe.

Quanto a esse projeto que acabamos de votar, que ainda estamos aqui discutindo e que rendeu todos estes debates, percebemos o seguinte: o Governador Aécio Neves estabeleceu o teto, no Executivo, de R\$10.500,00; e a Assembléia, por sua vez, o de R\$13.800,00. O Judiciário não estabeleceu, até agora, teto nenhum. O Ministério Público não estabeleceu teto até agora. O Tribunal de Contas não estabeleceu teto até agora. Este é o papel, Deputado Sávio Souza Cruz, que devemos ter aqui, na Assembléia. Devemos ter a mesma bravura de Deputados da Oposição e da Situação, que se digladiam aqui, durante todo o tempo, para cobrar isso, para cobrar essa diferença gigantesca. Esta, Sr. Presidente, é abissal. Um Agente da Polícia Civil, um Soldado Bombeiro, um Agente Penitenciário e um Soldado em início em carreira ganham 3,6 salários mínimos, mas o Juiz, o Desembargador e o Conselheiro do Tribunal de Contas ganham, em início de carreira, R\$19.000,00. Isso está errado. Como posso falar em justiça social, Sr. Presidente, a todo momento, sendo que, para os servidores públicos, temos dezenas de obstáculos a vencer?

Pior: o inciso X do art. 37 da Constituição da República - e já disse isso aqui - dispõe que aos servidores, ao pessoal do serviço público é vedada a vinculação ou equiparação, mas, para os agentes políticos, a vedação não existe. Então, para mim, esse é o grande debate que devemos travar aqui. Será que podemos sair daqui, Deputado João Leite, e dormir tranquilamente quando aprovamos projetos, mesmo que seja por determinação constitucional, para o Judiciário, o Ministério Público, sendo que não temos a coragem de falar que o servidor público precisa, cada vez mais, ter seu salário melhorado? Foi por isso que trouxe aqui o embate das idéias e opiniões.

Não fico nesse embate ideológico entre PT e PSDB, mesmo porque, Sr. Presidente, estão completamente fragilizados os programas e projetos e essa questão ideológica. Sabemos que isso ocorre em todos os partidos. V. Exa. sabe disso. Eles estão extremamente fragilizados. Ainda não amadurecemos, porque há ainda várias reformas a serem feitas. Depois que elas ocorrerem, poderemos iniciar um processo de amadurecimento e consolidação de programas e projetos, do ponto de vista partidário. Fora isso, Sr. Presidente, há todo um emaranhado de posições. Tamanho é o emaranhado que temos cerca de 29 partidos e não sabemos para onde vamos com tanta ideologia partidária. Então, não entro nesse embate, mas registro cada fato positivo gerado pelo governo e tenho a liberdade para criticar também quando entendo que devo fazer isso.

Agora não podemos deixar de lado essa questão salarial, Sr. Presidente. Ela dói e machuca. Disse ao Deputado João Leite e vou repetir, na tribuna: um Coronel, no final da carreira, com sete quinquênios, adicional trintenário e 30 anos de serviço na Polícia Militar de Minas Gerais, ganhará R\$8.500,00. O Promotor, o Juiz que passa em um concurso, com 27 anos de idade, já ganha R\$19.000,00. Será que isso não está errado, Sr. Presidente?

Será que isso está certo? O Delegado de Polícia, do mesmo jeito, ganha R\$8.500,00. E, aí, faço um questionamento aos Deputados Miguel Martini, João Leite e Sávio Souza Cruz e aos demais parlamentares desta Casa que se revezaram aqui: é correto o Comandante-Geral da Polícia Militar, o Cel. Hélio dos Santos Júnior, que comanda a Polícia Militar, com 40 mil homens, num Estado do tamanho da França e que possui 853 Municípios, ganhar R\$8.500,00, isso no final da carreira? Ele não possui ainda o adicional trintenário, portanto não ganha esse valor. O salário bruto de um Coronel Comandante-Geral da Polícia Militar é de cerca de R\$8.000,00, assim como o salário do Chefe da Polícia Civil, que comanda 10 mil homens.

Por outro lado, o Promotor e o Juiz iniciam sua carreira com R\$19.000,00. Isso é que incomoda, Sr. Presidente. Esse, o debate que precisamos trazer para esta Casa, e o papel que temos, como Deputados, é o de apontar esse fosso gigantesco. A associação dos Oficiais, a associação dos praças, o Sindicato dos Policiais Cíveis - Sindipol -, o Sindepo e várias associações de classe questionam isso todo o tempo. Se entrarmos agora no "site" da associação dos Oficiais, eles estarão lá. Qual a perspectiva da carreira policial militar?

Deputado João Leite, os Tenentes de 2004 e 2005, dentro de 20 anos, serão Majores e Tenentes-Coronéis e ganharão cerca de R\$4.500,00. Esse é o crescimento da carreira.

Pior ainda, os agentes de segurança pública são os únicos que morrem em defesa da sociedade, até mesmo em defesa dos membros dos Poderes, e isso acontece frequentemente. Quando um Deputado está ameaçado de morte, a primeira coisa que ocorre é a requisição de força policial. Quando o Juiz, o Promotor, o Desembargador ou o Secretário estão ameaçados de morte, ocorre o mesmo. Aí vêm os Soldados. Seria até engraçado colocar 54 Soldados, ou melhor, cerca de 17 Soldados ao lado de um Promotor em início de carreira para dar-lhe segurança, comparando-se aí o salário desses 17 Soldados com o do Promotor de Justiça ou Juiz em início de carreira. Não estou falando do Procurador e do Desembargador, mas do Promotor e do Juiz em início de carreira.

Não estou fazendo crítica apenas a eles, mas também aos Deputados, apesar de, há um ano, ganharmos bem menos do que ganham o Promotor e o Juiz, porque a Câmara não fez o reajuste, e as Casas Legislativas do País não tiveram condições de fazê-lo também.

Esse, o debate que eu gostaria de ver a Oposição e a Situação travarem nesta Casa, ou seja, um debate em que se brigasse por justiça social de forma verdadeira, independentemente de ser no governo Aécio Neves, no governo Itamar Franco ou no governo Lula. A realidade é essa.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de deixar claro para o Deputado Miguel Martini algo que não deixaria de falar de jeito nenhum. Também participei de uma CPI sobre o IPSM. Fui autor dessa CPI, que investigou o não-repasse das contribuições patronais pelo governo Azeredo, e o pior, Deputado Miguel Martini, é que o ato foi muito mais criminoso do que V. Exa. imagina. Houve o não-repasse das contribuições que eram descontadas dos contracheques dos servidores públicos.

Por isso, não deixaria de falar sobre esse assunto. Fui autor da CPI, e em sua conclusão não houve consenso melancólico ou salomônico. Optamos por pedir ao Ministério Público Estadual o indiciamento do Sr. Eduardo Azeredo, do Sr. João Heraldo Lima e do Sr. Cláudio Mourão em cerca de três crimes.

O fato de existir governo e de este achar que pode fazer o que bem entender não está certo.

Este é o nosso papel: fazer a CPI investigar. Fiscalizar é o papel que recebemos por delegação do povo. Então, realmente foi um ato criminoso do Sr. Eduardo Azeredo, do Sr. João Heraldo Lima e do Sr. Cláudio Mourão.

Sei, Presidente, que a minha fala nesta tribuna, transmitida ao vivo pela TV Assembléia, incomoda muita gente. Já disse isto aqui e, da outra vez, fui mal interpretado pelo ilustre ex-Deputado Amílcar Martins: tenho imenso prazer de ter uma origem humilde, de ser um filho de vaqueiro que teve a oportunidade de servir à honrosa Polícia Militar do Estado de Minas Gerais durante 15 anos. Sei que isto incomoda: saí de

uma situação em que é raríssimo um cidadão se erguer e chegar à condição de Deputado.

Mas não deixarei passar batido todas as vezes em que o Deputado vier aqui me desmentir. Na próxima, pegarei o relatório da CPI, que está arquivado e que não foi feito apenas por mim: foi votado por um conjunto de Deputados. A ação do Sr. Eduardo Azeredo, naquele governo, no que diz respeito ao IPSM, de cuja CPI participei e que investiguei ativamente, foi criminosa, e ele deve responder - assim espero.

Digo "espero", Deputado Rogério Correia, porque, infelizmente, por causa desses ajestamentos aqui e acolá, existe "mensalão" no governo federal. Tivemos, sim, "valerioduto" aqui, como caixa dois da campanha do Azeredo. Isso está provado, tanto é que vim a esta tribuna e denunciei que o Marcos Valério pagou um cheque de R\$700.000,00 ao Cláudio Mourão, que estava ameaçando e chantageando o Azeredo.

Isso é realidade e deve ser falado, porque, se acontecer com outra pessoa, também falarei, independentemente de quem seja, independentemente de ser o partido A ou B. Não dá para empurrar essas questões para debaixo do tapete. É por isso que ninguém é punido neste país, Sr. Presidente. Mas os ladrões de galinha continuam indo para a cadeia do mesmo jeito.

E é por isso também que há uma política remuneratória, para os agentes políticos, completamente diferente. Tenho um texto de 1995 que anunciava a greve da Polícia Militar, elaborado por um Coronel reformado. O texto se chama "A casta e a plebe", mas continua acontecendo a casta e a plebe. Os agentes políticos não obedecem à Lei de Responsabilidade Fiscal, ao crescimento do ICMS, ao investimento no Estado, ao custeio, ao crescimento vegetativo. Em compensação, em relação aos servidores públicos, somos obrigados a respeitar isso, infelizmente.

Do meu ponto de vista, isso é deprimente. É deprimente quando criamos essa forma e esquecemos que Juízes, Desembargadores, Procuradores, Secretários de Estado e Deputados não obedecem a esses critérios.

Sr. Presidente, tendo em vista o adiantado da hora, e não havendo mais quórum para votação, gostaria de pedir o encerramento, de plano, desta reunião. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 18ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 7/11/2006

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Sargento Rodrigues e Doutor Viana (substituindo este ao Deputado Leonardo Moreira, por indicação da Liderança do PFL), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes, e informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Deputado Domingos Sávio, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, convidando os membros da Comissão de Segurança Pública, para participarem de reunião conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária; do Sr. Márcio Kakumoto, Promotor de Justiça substituto da Comarca de Medina, encaminhando resposta ao Requerimento nº 6.479/2006. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições para as quais designou os relatores citados a seguir: no 1º turno, Projeto de Lei nº 3.518/2006 (Deputado Leonardo Moreira) e, em turno único, Projetos de Lei nºs 3.635/2006 (Deputado Sargento Rodrigues), 3.416/2006 (Deputado Weliton Prado), 3.485 e 3.500/2006 (Deputado Leonardo Moreira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.027/2006 (designado novo relator: Deputado Sargento Rodrigues), deixa de ser apreciado, em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 3.416, 3.485 e 3.500/2006 são retirados de pauta por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.894/2006. Os Requerimentos nºs 6.885 a 6.887 e 6.890/2006 são retirados de pauta, a requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues (3) em que solicitam: seja encaminhado ofício ao Major PM Felipe Luís de Oliveira Guimarães, Comandante da 1ª Companhia Independente da Polícia de Trânsito - 1ª CIA. PTRAN, requerendo cópia da portaria que trata dos procedimentos, das premiações e das pontuações referentes aos registros de autos de infração de trânsito; seja enviado ofício ao Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante da 8ª Região da PMMG, dando ciência do aumento da criminalidade na Rua Josino de Brito, no Bairro Santa Amélia, e solicitando-lhe pedido de reforço imediato do policiamento a pé e motorizado nessa rua; seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares citados, por sua participação na prisão de dez pessoas, três delas supostamente ligadas aos atentados ocorridos contra o prédio da Guarda Municipal e contra dois policiais em frente ao Psiu de Poços de Caldas, em maio deste ano; Célio Moreira em que solicita seja encaminhado ofício ao Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais solicitando-lhe seja disponibilizada uma nova viatura para a 4ª Delegacia Regional de Iguatama. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2006.

Leonardo Moreira, Presidente - Sargento Rodrigues - Weliton Prado - Antônio Júlio.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 85ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 16/11/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.751/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.934/2006, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre brinquedo, material escolar ou peças de vestuário infantis apreendidos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.541/2006, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 25.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.542/2006, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.585.200,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.088/2005, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.919/2006, do Governador do Estado, que dispõe sobre o exercício da autoridade metrológica de avaliação de conformidade e qualidade de produtos e serviços; institui o Prêmio por Produtividade em Metrologia Legal e Qualidade Industrial de Produtos aos servidores do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.625/2005, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Passa Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.876/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo Pró-Floresta e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 3 e 5, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.077/2006, do Deputado Dimas Fabiano, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Aiuruoca o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.085/2006, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.193/2006, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhomi o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.354/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de São Miguel do Anta. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.436/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araguari o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão Especial das Pessoas Desaparecidas, a realizar-se às 9h30min do dia 16/11/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Milton, André Quintão, Miguel Martini e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/11/2006, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, as Propostas de Ação Legislativa nºs 655 a 732/2006, de autoria popular; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2006.

Maria Tereza Lara, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.416/2006

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado André Quintão, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança de Araçuaí - Conseg -, com sede nesse Município.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O citado Conselho tem por finalidade aglutinar lideranças comunitárias, em parceria com as autoridades policiais, a fim de planejar ações integradas de segurança que resultem na melhoria da qualidade de vida da comunidade. Para isso, promove reuniões, palestras e debates, tendo em vista a definição de prioridades específicas para o setor; busca solucionar problemas ambientais e sociais que comprometam a segurança; implementa programas de instrução e divulgação de ações de auto-defesa da comunidade; colabora com o poder público na manutenção de viaturas policiais na melhoria das instalações e dos equipamentos dos órgãos policiais.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.416/2006, em turno único.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2006.

Weliton Prado, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.578/2006

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Relatório

De autoria do Deputado Durval Ângelo, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Brasileira dos Amigos do Caminho da Luz - Abraluz -, com sede no Município de Carangola.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A mencionada Associação, cujo nome é uma referência à estrada que se inicia no Município de Tombos e termina no Pico da Bandeira, possui por finalidade desenvolver projetos, estudos, análises e programas referentes à proteção e à conservação do referido espaço territorial, em todos os seus aspectos. Para realizar suas metas, promove a educação e a conscientização ambiental; busca desenvolver conceitos éticos e morais sobre a responsabilidade em relação ao patrimônio cultural, religioso, turístico e histórico da região; publica e distribui material informativo; firma convênios com entidades públicas e privadas para a consecução de suas metas.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.578/2006, em turno único.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2006.

Doutor Ronaldo, relator.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 656/2006

Programa 0382 – Minas Sem Fome (estruturador)

Ação 1.310: Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais – Prosan.

Proposta: Manutenção do Mutirão pela Segurança Alimentar em Minas Gerais - Prosan -, destinando-lhe recursos estaduais no valor de R\$2.000.000,00.

Fundamentação legal: Lei 15.982, de 2006.

Justificação: O programa promove a segurança alimentar e a saúde e gera trabalho e renda. A exclusão do programa, prevista na Revisão 2007 do PPAG 2004-2007, não foi deliberada pela Plenária do Consea. Um programa tão importante para a segurança alimentar não pode ser excluído devido ao encerramento do convênio assinado como governo federal em 31/12/2006; por isso é imprescindível que o governo estadual destine recursos para a continuidade dele.

Entidades: Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Estadual de Alimentação Escolar, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea -, Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional do Consea, Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Região.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 657/2006

Programa 0382 – Minas Sem Fome (estruturador)

Ação 1.187: Tanque Comunitário de Coleta de Leite a Granel.

Proposta: Aumento para 50 do número de Tanques Comunitários de Coleta de Leite a Granel, acrescentando R\$750.000,00 na meta financeira, e inclusão de máquinas de pasteurização do leite em número proporcional ao de tanques.

Fundamentação legal: Lei 15.982, de 2006.

Justificação: Os 25 tanques previstos no Orçamento são insuficientes para atender à demanda dos pequenos produtores, devido à dimensão do Estado de Minas Gerais. Essa ação irá garantir a qualidade do leite e agregar valor a ele com a pasteurização, além de gerar trabalho e renda.

Entidades: Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Estadual de Alimentação Escolar, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea -, Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional do Consea, Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Região.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 658/2006

Programa 0622 – Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas (estruturador)

Ação 4.457 – Poupança Jovem

Proposta: Acréscimo na finalidade: estimular o jovem em situação de risco pessoal e social, atendidos pelos Centros de Referência de Assistência Social - Cras e/ou pelos Centros de Referência Regional Especializado de Assistência Social - Creas -, entre 15 e 18 anos.

Justificação: De acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS -, regulamentada pela Norma Operacional Básica - NOB/2005 -, o jovem em situação de risco é público-alvo do Sistema Único de Assistência Social, devendo ser atendido pelos serviços de proteção básica ou especial. Nesse sentido, propomos que os jovens atendidos pela referida ação sejam oriundos dos serviços supracitados, desenvolvidos nos Cras e/ou Creas, promovendo a articulação e a integralidade das ações da assistência social.

Entidades: Fórum Mineiro de Assistência Social, Conselho Estadual de Assistência Social, Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social, União dos Conselhos Municipais de Assistência Social, Conselho Regional de Serviço Social.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 659/2006

Programa 0622 – Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas (estruturador)

Ação 4.457 – Poupança Jovem.

Proposta: Reordenar a ação Poupança Jovem, transferindo-a para a unidade orçamentária Fundo Estadual de Assistência Social – Feas.

Justificação: De acordo com a PNAS/NOB, todos os serviços, projetos e programas da Assistência Social devem ser alocados no Feas, a fim de garantir a gestão única e o controle social das ações.

Entidades: Fórum Mineiro de Assistência Social, Conselho Estadual de Assistência Social, Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social, União dos Conselhos Municipais de Assistência Social, Conselho Regional de Serviço Social.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 660/2006

Programa 0622 – Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas (estruturador)

Ação 4.366 – Proteção Social Especial – Promoção dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Família.

Proposta: Reordenação da Ação 4.366, alocando seus recursos na unidade orçamentária Feas.

Justificação: De acordo com a PNAS/NOB, todos os serviços, projetos e programas da Assistência Social devem ser alocados no Feas, a fim de garantir a gestão única e o controle social das ações.

Entidades: Fórum Mineiro de Assistência Social, Conselho Estadual de Assistência Social, Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social, União dos Conselhos Municipais de Assistência Social, Conselho Regional de Serviço Social.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 661/2006

Programa 0622 – Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas (estruturador)

Ação nova

Proposta: Realização da VI Conferência Estadual de Assistência Social.

Justificação: De acordo com a LDO, em seu art. 40, a Lei Orçamentária Anual conterá dotação destinada à realização da Conferência Estadual de Assistência Social. Propomos a inclusão da ação, com a destinação de R\$300.000,00 para esse fim. Caso essa ação esteja inserida na finalidade de outra ação orçamentária, sugerimos seu desmembramento.

Entidades: Fórum Mineiro de Assistência Social, Conselho Estadual de Assistência Social, Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social, União dos Conselhos Municipais de Assistência Social, Conselho Regional de Serviço Social.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 662/2006

Programa 0622 – Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas (estruturador)

Ação 4.728 – Desenvolvimento da Capacidade Institucional das Diretorias Regionais - Sedese e apoio a entidades e municípios na gestão do Suas.

Proposta: Recomposição da dotação orçamentária, conforme crédito inicial de 2006 destinado à Ação 4.728, acrescentando para ela R\$310.000,00.

Justificação: De acordo com a LDO, a Lei Orçamentária Anual priorizará "investimentos com a finalidade de aprimorar o órgão gestor da política pública estadual de assistência social, incluindo as diretorias regionais, tendo em vista as necessidades de reordenamento da gestão para a implantação do Sistema Único de Assistência Social no Estado. A ação vinculada a essa proposição sofreu decréscimo no Orçamento de 2007, em comparação com o crédito inicial de 2006; por isso propomos a manutenção do crédito inicial de 2006.

Entidades: Fórum Mineiro de Assistência Social, Conselho Estadual de Assistência Social, Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social, União dos Conselhos Municipais de Assistência Social, Conselho Regional de Serviço Social.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 663/2006

Programa 0310 – Universalização e Melhoria do Ensino Médio

Ação nova

Proposta: Auxílio a estudantes carentes que fazem cursos técnicos ou outros fora de seu domicílio, tendo que arcar com os custos de transporte, sempre muito caros.

Justificação: A emenda se justifica pelas dificuldades que os jovens têm para estudar fora de seu domicílio, pelo alto custo das passagens. Normalmente, os jovens carentes, quando conseguem emprego para custear sua mensalidade escolar, não conseguem recursos suficientes para mais nada. Outros jovens conseguem aprovação em cursos gratuitos, mas o alto custo das passagens faz com que eles sejam obrigados a abandonar os estudos.

Cláudia da Silva Gomes, agente comunitária de saúde

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 664/2006

Programa 0080 – Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos (estruturador)

Ação 1.225:

Proposta: Acréscimo na finalidade: ...serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de esgoto sanitário...

Entidade: Associação Mineira de Engenheiros Mecânicos e Industriais - Abemec - MG.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 665/2006

Programa 0080 – Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos (estruturador)

Ação 4.451:

Proposta: Acréscimo na finalidade: ...e tratamento de esgoto sanitário...

Entidade: Associação Mineira de Engenheiros Mecânicos e Industriais - Abemec - MG.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 666/2006

Programa 0338: Segurança Alimentar

Ação 2.783: Manutenção das atividades do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - Consea - MG.

Proposta: Aumento para R\$800.000,00 do valor destinado à segurança alimentar previsto no Orçamento de 2007, de R\$400.000,00.

Fundamentação legal: Artigos 7º, 8º, 12, 16 e 17 da Lei 15.982, de 2006.

Justificação: O valor de R\$400.000,00, previsto no Orçamento de 2007, é insuficiente para a manutenção da Secretaria Executiva, da Coordenadoria e das Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CRSANS - e para o desenvolvimento regular das atividades e finalidades delas. Os valores dos recursos destinados para a segurança alimentar em Orçamentos anteriores sempre tiveram que ser alterados por suplementações ou convênios com entidades ou instituições, provocando improvisações nas ações do Consea e gerando a descontinuidade das atividades das CRSANS e até mesmo devolução de recursos, uma vez que, devido ao atraso do repasse, quando eles chegavam, já não havia tempo hábil para a realização das atividades a serem custeadas com eles. As CRSANS desenvolveram suas atividades no ano de 2006 de forma muito precária, em virtude da ausência de recursos financeiros. Suas atividades vinham sendo mantidas até o ano de 2005 com recursos do Prosan, que, após seu encerramento, dificultou e tornou precária decididamente a capacidade de desenvolver suas ações nas regiões do Estado. Com a ampliação dos recursos, o funcionamento pleno voltaria ao normal, conforme estabelecido em lei.

Entidades: Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Estadual de Alimentação Escolar, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea -, Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional do Consea, Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Região.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 667/2006

Programa 269: Alimentação Escolar

Ação 2.483: Alimentação Escolar.

Proposta: Ampliação dos recursos destinadas à ação Alimentação Escolar, integrante do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE -, do

valor de R\$500.000,00 para o valor de R\$37.893.000,00.

Justificação: A alimentação escolar tem como objetivo atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

O PNAE, por meio da Resolução nº 32, de 10/8/2006, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE -, estabelece, em seu art. 6º, que o Estado, através da Secretaria de Educação, é a entidade executora do Programa, sendo responsável pelo recebimento e pela complementação dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE.

O art. 208 da Constituição Federal estabelece que o dever do Estado nas três esferas governamentais com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" e "atendimento ao educando no ensino fundamental", através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A importância de garantir a segurança alimentar e nutricional de crianças e adolescentes implica o emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura e as tradições alimentares, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos, em conformidade com a faixa etária, sexo, atividade física e estado de saúde deles, inclusive os que necessitam de atenção específica.

Assim, em observância aos preceitos legais de co-responsabilidade entre as unidades da Federação e a necessidade de garantir uma alimentação de qualidade para os escolares, justifica-se a emenda ora apresentada, com finalidade de aumentar o aporte financeiro de recursos do Tesouro Estadual, previsto na proposta orçamentária para 2007 de R\$500.000,00 apenas para um montante de R\$37.893.000,00, correspondente a 50% dos valores repassados pelo governo federal para a alimentação escolar no ano de 2006, para o Estado de Minas Gerais.

Entidades: Conselho Estadual de Alimentação Escolar de Minas Gerais, Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais - Consea - MG -, Comissões Regionais de Segurança Alimentar Nutricional do Consea - MG, Conselho Regional de Nutricionista 4ª Região, Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional, Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 668/2006

Programa 0630 – Promoção dos Direitos Humanos

Ação nova

Proposta: O PPA conterà programas de ações afirmativas nos serviços sociais básicos de educação, saúde, esportes, cultura, lazer, profissionalização, habitação, segurança pública e outras, que assegurem a plena inserção socioeconômica da comunidade negra e de outros grupos étnicos excluídos, em consonância com a política de promoção da igualdade racial.

Justificação: inclusão de ações afirmativas para as comunidades negras.

Entidade: Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra.

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 669/2006

Programa 0630 – Promoção dos Direitos Humanos

Ação nova

Proposta: Destinação de recursos de R\$ 549.000,00 (quinhentos e quarenta e nove mil reais) para realização de diagnóstico da realidade socioeconômica e cultural nas comunidades quilombolas do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de criar banco de dados que venha a subsidiar o governo do Estado na elaboração de projetos sociais focalizados nessas comunidades.

Entidade: Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 670/2006

Programa 0634 – Escola Família Agrícola

Ação 4.261: Atendimento à Escola Família Agrícola

Proposta: Aumento dos recursos destinados a essas escolas, conforme especificado a seguir.

Relação das EFAs e dos valores que estamos solicitando a mais:

EFA	Associação	Município	Nível	Nº de alunos	"Per	Total

					capita"	
1-Chico Mendes	Aefa Chico Mendes	Conselheiro Pena	Fundamental e Médio Profissionalizante	50	300,00	15.000,00
2-Vida Comunitária	Aefacom	Comercinho	Fundamental e Médio Profissionalizante	150	300,00	45.000,00
3-Cruzília	Aefac	Cruzília	Médio Profissionalizante	60	300,00	18.000,00
4- Ervália	Aefae	Ervália	Fundamental	70	300,00	21.000,00
5-Jequeri	Fundação Marianense de Educação	Jequeri	Fundamental	62	300,00	18.600,00
6-Camões	Fundação Marianense de Educação	Sem Peixe	Fundamental	40	300,00	12.000,00
7- Bontempo	Aefambaj	Itaobim	Médio Profissionalizante	100	300,00	30.000,00
8-Jacaré	Aefa Jacaré	Itinga	Fundamental e Médio Profissionalizante	150	300,00	45.000,00
9- Limeira	Aefapol	Pavão	Médio Profissionalizante	70	300,00	21.000,00
10-Padre Paraíso	Aefappa	Padre Paraíso	Fundamental	100	300,00	30.000,00
11-Paulo Freire	Arefap	Acaiaca	Médio Profissionalizante	100	300,00	30.000,00
12-Tabocal	Aefasf	São Francisco	Médio Profissionalizante	70	300,00	21.000,00
13-Efat	Asfat	Turmalina	Fundamental e Médio Profissionalizante	120	300,00	36.000,00
14-Ceart	Acert	Turmalina	Fundamental	120	300,00	36.000,00
15-Virgem da Lapa	Mopfav	Vigem da Lapa	Fundamental	150	300,00	45.000,00

16-Ponto dos Volantes	Aefapovo	Ponto dos Volantes	Fundamental	35	300,00	10.500,00
17-Amefa	Amefa	Belo Horizonte	Capacitação de educadores das EFAs	120 educadores	500,00	60.000,00
Total				1.502		494.100,00

Justificação: O valor previsto no orçamento do Estado para as Escolas Famílias Agrícolas, em 2007, é de R\$1.200.000,00, para um público de 1.500 alunos previsto para esse ano. O Decreto Estadual nº 43.978/2005 prevê o repasse baseado no valor "per capita" do Fundef. A dotação orçamentária proposta pelo Estado não atende ao valor "per capita" do Fundef deste ano de 2006, que foi de R\$1.070,00 para as quatro séries iniciais do Ensino Fundamental.

Sabemos que o Fundef tem valores diferenciados para a cidade e o campo e para as séries iniciais e o segundo ciclo do Ensino Fundamental.

O ideal seria que o repasse para as EFAs fosse baseado no Fundef do segundo ciclo do Ensino Fundamental rural, uma vez que as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo prevêem uma dotação orçamentária maior para as escolas rurais.

As EFAs não só escolarizam no campo, mas profissionalizam no nível médio e dão orientação profissional no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries. Um grupo de 120 estudantes na EFA de Jacaré - Itinga, se fosse transportado diariamente - 200 vezes vindo e 200 vezes retornando a suas casas -, custaria cerca de R\$83,00 "per capita" por mês. A manutenção desses mesmos alunos no sistema de internato na referida EFA custa R\$4.000,00 - alimentação e energia elétrica -, uma economia de 100% e ao mesmo tempo um investimento numa escola de qualidade e mais apropriada à realidade do campo e suas famílias.

Não é possível manter as EFAs com apenas R\$800,00 por aluno por ano. Por isso, solicitamos a atenção dos Senhores Deputados para votarem uma emenda ao orçamento, complementando o Programa Bolsa-Aluno.

A emenda é essencial para que as EFAs de Minas Gerais consigam se aproximar do valor do Fundef destinado às escolas públicas e possam desenvolver suas atividades, que não dizem respeito apenas aos alunos, mas também a suas famílias e às comunidades do meio rural.

Entidade: Associação Mineira das Escolas Família Agrícola - Amefa.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 671/2006

Programa 001 – Apoio à Administração Pública

Ação 2.699: Operacionalização das Ações do Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra - Sedese.

Proposta: Destinação de recursos de R\$174.857,68 (cento e setenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e sete reais, sessenta e oito centavos) para ações do Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra.

Total Geral das Despesas Estimadas para o Ano de 2006

Gasto Anual com as Plenárias Anuais	46.895,20
Gasto Anual com as Reuniões das Comissões Temáticas e Executiva	58.619,00
Gasto Anual com a Ouvidoria	49.373,48
Gasto Anual Previsto para Criação de Conselhos Municipais e Regionais	20.000,00
Total das Despesas Anuais do Conselho com Diárias e Passagens	174.857,68

Entidade: Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 672/2006

Programa 001 – Apoio à Administração Pública

Ação nova.

Proposta: Dotação orçamentária para o adicional de periculosidade para policiais civis.

Justificação: Considerando o advento da apreciação do PPAG 2007 por essa douta Comissão e considerando também que, em recente análise em audiência pública, realizada em 8/11/2006, nesta colenda Casa Legislativa, nossas entidades de classe representativas dos operadores de segurança pública perceberam que o Executivo estadual não contemplou os servidores do setor com a previsão de dotação para o adicional de periculosidade, conforme prévio acordo de greve assinado pelo governo em 2004 e reafirmado em 2005, até o presente momento não cumprido; solicitamos aos nobres Deputados apreciação da propositura e aprovação de emenda que contemple dotação específica para concessão do referido benefício, uma vez que essa previsão é o único instrumento cabível para continuarmos avançando nas negociações com o governo para o próximo ano. Só assim estaremos fazendo justiça aos operadores de segurança pública da ativa, aposentados e reformados, que todos os dias expõem suas vidas para defender a sociedade.

Entidade: Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 673/2006

Programa 630 – Promoção dos Direitos Humanos

Proposta: Emenda ao Orçamento Estadual – Programa Escritório de Direitos Humanos.

Descrição: O Escritório de Direitos Humanos tem por finalidade capacitar estudantes universitários para advogar pelos direitos humanos, ao mesmo tempo em que funciona como Escritório Modelo, colocando a formação acadêmica dos estagiários a serviço da comunidade. Neste sentido, ajuíza ações judiciais paradigmáticas em Direitos Humanos, capacita lideranças comunitárias e presta consultoria a entidades da sociedade civil. Tem coordenação conjunta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes e da Defensoria Pública de Minas Gerais.

Objetivos: realização de seminários, confecção de material de divulgação do EDH/MG e de cartilhas temáticas, outros itens de custeio.

Valor da emenda: R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Justificação: O EDH-MG foi criado pelo Decreto nº 43.685/2003. Implantado somente no ano de 2005, ainda não conta com recursos do Orçamento Estadual, por meio de rubrica própria. Portanto, fazem-se necessários recursos para que suas ações possam ser executadas até a construção do próximo Plano Plurianual.

Entidade: Centro Acadêmico Afonso Pena.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 674/2006

Programa 630 – Promoção dos Direitos Humanos

Proposta: Emenda ao Orçamento Estadual – Projeto Observatórios de Direitos Humanos.

Descrição: Os observatórios levantam informações qualitativas sobre a situação dos direitos humanos de comunidades afetadas pelos problemas da violência e da pobreza, a partir do ponto de vista de jovens moradores desses locais. Para tanto, formam-se grupos que, acompanhados por coordenadores, são capacitados nesse tema e, ao mesmo tempo, realizam a pesquisa, divulgando os resultados entre outros moradores e opinião pública. O projeto visa fortalecer o público juvenil e envolvê-lo em associações comunitárias, buscando conciliar a formação para a atuação com um processo de diagnóstico qualitativo sobre a situação dos direitos humanos na comunidade. O diagnóstico objetiva apontar violações desses direitos no cotidiano, avaliar o impacto de políticas públicas e identificar possíveis boas práticas locais.

Objetivos: contribuir para a redução das violações dos Direitos Humanos, através da reconstrução da identidade social dos jovens e do fortalecimento de lideranças locais; criar espaços participativos, fomentando e encorajando o envolvimento de jovens em associações comunitárias; resgatar a história da comunidade trabalhada, fazendo o levantamento das suas origens; produzir informações sobre a situação e a percepção local dos direitos humanos, construindo diagnósticos a partir do ponto de vista dos jovens sobre essa problemática; desenvolver uma Rede de Observatórios de Direitos Humanos para a troca de experiências e informações entre as diferentes organizações envolvidas, direta ou indiretamente, no projeto; disseminar os resultados do trabalho, por meio de publicações destinadas aos jovens e à sociedade em geral.

Público-alvo: O público-alvo do Projeto Observatórios de Direitos Humanos é o jovem de 16 a 24 anos.

Valor da emenda: R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para a implantação de três observatórios.

Justificação: O projeto tem por base o piloto coordenado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo – NEV - USP - e desenvolvido em parceria com o Instituto Sou da Paz, entre 2000 e 2001.

Em 2002, a cooperação entre a então Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e a Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência Social permitiu que a experiência dos Observatórios de São Paulo fosse replicada para mais 27 comunidades no Brasil, expandindo os interlocutores envolvidos em rede.

Desde a implantação do Projeto Piloto, em São Paulo, a Rede de Observatórios contou com o apoio financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD - e das demais agências do Sistema ONU.

Com as mudanças ocorridas no governo federal em 2003, as parcerias estabelecidas não foram renovadas, razão pela qual o projeto sofreu solução de continuidade, sem que Minas Gerais tivesse participado da experiência. Pretende-se resgatar a iniciativa, integrando-o às políticas em curso no Estado, de forma a potencializar os bons resultados já verificados em projetos como o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos – Navcv - e o Escritório de Direitos Humanos – EDH. Assim, justifica-se a previsão, no orçamento do Estado, de recursos

financeiros para o desenvolvimento do projeto, em virtude da sua relevância social.

Entidade: SOS. Racismo.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 675/2006

Programa 630: Promoção dos Direitos Humanos

Proposta: Emenda ao Orçamento Estadual – Centro de Referência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado de Minas Gerais.

Descrição: O Centro de Referência do Cidadão GLBT de Minas Gerais, tal como proposto em sua lei de criação e reafirmado neste projeto, deverá atuar como um instrumento de excelência na valorização, na preservação e na divulgação de informações acerca da luta em defesa do direito à liberdade de orientação sexual e construção da cidadania.

O CRGLBTTT-MG se define, portanto, como um centro irradiador de informações e de referências, reunindo acervo selecionado e referenciado para disponibilizar à sociedade em geral, com foco específico nas questões que envolvem a diversidade sexual.

Na busca de tal objetivo, faz-se necessário o estreitamento da relação de cooperação entre o CRGLBTTT-MG e os diversos órgãos públicos em suas áreas afins, tais como cidadania e direitos humanos, saúde, educação, trabalho, segurança e cultura, entre outras, de modo a promover a transversalização de políticas, através da disponibilização permanente de informações e de parcerias que atendam aos interesses de atuação do Centro de Referência.

Além de reunir, referenciar e disseminar registros e informações, o CRGLBTTT-MG deverá somar uma ação efetiva de estímulo à pesquisa e ao registro da memória dos movimentos de luta pela liberdade sexual e de denúncia das violações dos direitos humanos.

Objetivos: criar e implantar o Programa Minas sem Homofobia, que delineará as ações da política GLBTTT no Estado; realizar campanhas de divulgação do CRGLBTTT-MG e de combate à discriminação e à homofobia; realizar seminário de promoção dos direitos GLBTTT.

Público-alvo: O público-alvo do CRGLBTTT-MG é de aproximadamente 500 mil pessoas, entre "gays", lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros do Estado, especialmente os de baixa renda nas cidades do interior do Estado.

Valor da emenda: R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para a realização das ações.

Justificação: O CRGLBTTT-MG foi criado pela Lei 14.170, de 2002, e regulamentado pelo Governador Aécio Neves. Como somente foi implantando no ano de 2006, ainda não conta com recursos do Orçamento Estadual, visto que ainda não consta no PPAG. Para que suas ações possam ser executadas até a construção do próximo Plano Plurianual, fazem-se necessários recursos para a execução delas.

Entidade: Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de MG – Cellos-MG.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 676/2006

Proposta: Ampliar em R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) o orçamento do Instituto de Terras voltado para a titulação de pequenas posses.

Entidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais - Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 677/2006

Proposta: Ampliar em R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) o orçamento do Instituto de Terras voltado para a ação discriminatória.

Entidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais - Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 678/2006

Proposta: Ampliar a dotação orçamentária da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural em R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para ações de organização social e extensão rural direcionadas à agricultura familiar e à reforma agrária.

Entidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais – Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 679/2006

Proposta: Destinar ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, através da Secretaria de Agricultura, recursos orçamentários da ordem de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) para realização de Audiências Públicas e Atividades de Capacitação em Termos da Política

de Desenvolvimento Territorial e Agrário.

Entidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais - Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 680/2006

Proposta: Destinar R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) ao Instituto Estadual de Florestas para reassentamentos de pequenos posseiros localizados em unidades de conservação.

Entidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais - Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 681/2006

Proposta: Destinar R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para recomposição ambiental de áreas degradadas e utilizadas pela agricultura familiar.

Entidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais - Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 682/2006

Proposta: Garantir recursos no Orçamento do Estado, na ordem de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), para a realização da Agriminas - Feira de Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais.

Entidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais - Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 683/2006

Proposta: Assegurar, junto à Secretaria de Planejamento e Gestão, recursos da ordem de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) para a viabilização do Programa de Distribuição de Sementes.

Entidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais - Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 684/2006

Proposta: Assegurar recursos orçamentários, da ordem de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para pesquisa, desenvolvimento rural, assistência técnica, extensão rural e transferência de tecnologia, especificamente para a agricultura familiar, direcionados à Emater, Fapemig e Epamig.

Entidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais - Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 685/2006

Proposta: Garantir recursos no Orçamento do Estado para que a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em parceria com a Fetaemg, possa buscar o desenvolvimento de campanhas para aumentar o consumo de leite no Estado, criação de programas sociais de distribuição do leite pasteurizado local/regional em escolas, creches, hospitais, asilos e penitenciárias; desenvolver estratégia de "marketing" para o leite produzido pela agricultura familiar; desenvolver ação educacional sobre os benefícios do consumo de leite.

Entidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais - Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 686/2006

Proposta: Articulação do Programa Estadual de Biodiesel, por meio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com participação das várias instâncias representativas do Estado, incluindo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg.

Entidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais - Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 687/2006

Proposta: Tratar as ações relacionadas à agricultura familiar como prioritárias dentre os planos orçamentários do Estado, pelo que representa este segmento para Minas Gerais, em termos de geração de emprego e renda, sem deixar de considerar o aspecto social.

Entidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais - Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 688/2006

Proposta: Garantir a manutenção das escolas nas próprias comunidades rurais, reforçando a cultura, as tradições locais, a qualidade do ensino e a integridade física e mental das crianças e que apenas em casos estritamente necessários seja realizado o processo de nucleação nas escolas do campo. Que a nucleação, quando feita, aconteça no próprio campo, sem deslocamento das crianças e dos jovens para a área urbana.

Entidade: Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 689/2006

Proposta: Identificar estratégias para revisão dos processos de nucleação nos quais as crianças tiveram que sair do campo para as escolas da cidade.

Entidade: Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 690/2006

Proposta: Manutenção de transporte escolar de qualidade, público, gratuito, para as escolas dentro do próprio campo e externo apenas quando não for possível ofertar o ensino nas unidades escolares na própria localidade.

Entidade: Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 691/2006

Proposta: Garantir o apoio e a contribuição para a criação e o fortalecimento das Escolas Famílias Agrícolas, nas comunidades rurais de agricultores familiares, garantindo o ensino fundamental e médio para que os alunos possam oferecer assistência e apoio técnico aos agricultores familiares.

Entidade: Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 692/2006

Proposta: Recursos para formação e infra-estrutura das salas de aula do Centro de Apoio ao Trabalhador, para dar continuidade e ampliar o Programa de Formação de Docentes e Especialistas do Campo da Fetaemg.

Entidade: Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 693/2006

Proposta: Garantir representação do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (Federação e STRs) nos espaços e instâncias de construção e deliberação das políticas de educação (Conselho Estadual de Educação).

Entidade: Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 694/2006

Proposta: Ampliação da distribuição de medicamentos gratuitos a indivíduos da terceira idade na área rural.

Entidade: Fetaemg

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 695/2006

Proposta: Ampliação da rede ambulatorial de doenças ocupacionais. Estruturação dos Postos Regionais de Saúde Ocupacional, incluindo atendimento especializado para os casos de doenças decorrentes do uso de agrotóxicos.

Entidade: Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 696/2006

Proposta: Estruturação dos postos de fiscalização do uso dos produtos agrotóxicos e implantação de programas de educação sanitária.

Entidade: Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 697/2006

Proposta: Destinar recursos orçamentários para atender e viabilizar as políticas públicas dirigidas às mulheres, dentro das demandas aprovadas no Fórum Técnico Políticas Públicas para as Mulheres - Força para Avançar.

Entidade: Fetaemg.

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 698/2006

Proposta: Criação de delegacias regionais especializadas em violência contra a mulher.

Entidade: Fetaemg

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 699/2006

Programa 0622 - Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas (Estruturador)

Ação 4.389 - Proteção Social Especial - Abrigamento de Crianças, Adolescentes e Pessoas com Deficiência

Proposta: Aumentar a meta financeira para R\$7.000.000,00.

Justificativas: São insuficientes os recursos para atender crianças, adolescentes e pessoas com deficiência, uma vez que a demanda em nosso Estado é grande. Há um número elevado de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência em situação de risco pessoal e social. Como exemplo, a Fundação Marianense, que desenvolve o projeto Casa Lar, abriga crianças e adolescentes e tem hoje demanda para atender o dobro.

Entidade: Fundação Marianense de Ensino.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 700/2006

Programa 0622 – Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas (Estruturador)

Ação 4389 – Proteção Social Especial – Abrigamento de Crianças, Adolescentes e Pessoas com Deficiência.

Proposta: Aumentar a meta física para 1.000 crianças/ adolescentes/ pessoas com deficiência abrigadas.

Justificação: É insuficiente a meta de abrigar 500 crianças, adolescentes e pessoas com deficiências, uma vez que a demanda em nosso Estado é grande. Há um número elevado de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência em situação de risco pessoal e social, como exemplo, a Fundação Marianense que desenvolve um projeto "Casa Lar", que abriga crianças e adolescentes e que tem hoje demanda para atender em dobro.

Entidade: Fundação Marianense de Ensino.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 701/2006

Programa 001 – Apoio à Administração Pública

Ação 2807 – Operacionalização das Ações do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Proposta: Fortalecer o Conselho Estadual, bem como estimular a criação de Conselhos Municipais por meio da formação e capacitação de agentes para integrarem estes organismos de controle social.

Justificação: Segundo dados do IBGE, Minas Gerais possui hoje cerca de 2 milhões de pessoas com deficiência. Sendo o Estado possuidor de dimensões continentais integrado por 853 municípios, a grande maioria das pessoas deficientes estão fora das políticas públicas e até mesmo desconhecem seus direitos. Sendo assim, o fortalecimento do Conselho Estadual, bem como o estímulo à criação de Conselhos Municipais por meio da formação e capacitação de agentes para integrarem estes organismos de controle social se fazem urgentes e indispensáveis. Para tanto, recursos precisam ser assegurados para que esta ação seja desenvolvida e implementada.

Valor da emenda: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Entidade: Conselho Estadual de Defesa de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência.

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 702/2006

Proposta: Constituição de Fundo de Incentivo e Fomento às associações e cooperativas de catadores de materiais, ampliando seu potencial de geração de emprego e renda.

Entidade: Fórum Estadual Lixo e Cidadania.

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 703/2006

Programa 0622 – Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas (Estruturador)

Ação 4352 – Proteção Social Banca – Apoio à Estruturação da Rede Complementar de Suporte Social ao Dependente Químico.

Justificação: A Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil hoje fazendo parte do Conselho Estadual Anti-Drogas - CONEAD - e representando a Sociedade Civil que lida com atendimento de usuários de álcool e outras drogas hoje congrega mais de 300 entidades no Estado. Gostaria nesta correspondência de apresentar a justificativa e proposta de emenda ao PPAG 2007.

O papel exercido pelas comunidades terapêuticas e dos diversos grupos de mútua ajuda no tratamento psicossocial dos usuários de álcool e outras drogas tem sido de grande relevância, tanto em nível mundial como no Brasil.

No decorrer dos últimos anos, com o crescente consumo de drogas, houve uma grande expansão desses serviços no País. O principal problema encontrado nessa expansão está na inadequação do serviço prestado ao usuário de álcool e outras drogas que exigem tratamento.

A parceria com governo estadual, com a liberação de recursos, vem contribuir para a melhoria das comunidades terapêuticas e proporcionar aos usuários ambientes mais adequados e estruturados com profissionais mais preparados para atendê-los.

Proposta: Apoiar financeiramente pelo menos 50 (Cinquenta) entidades sem fins lucrativos que tratam e promovem a reinserção social de usuários de álcool e outras drogas, com valor de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), para adequação à norma 101 da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e custeio do tratamento gratuito a usuários que não têm como arcar com o tratamento.

Entidade: Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 704/2006

Proposta: Disponibilizar água tratada para creches e escolas públicas para a melhoria das condições de saúde, saneamento nutrição e educação de crianças e adolescentes.

Ação 1530: Água na Escola.

Meta: 20 municípios.

Valor proposto: (em R\$ 1,00): 1.225.062,00.

Justificação: Está proposta a exclusão desta ação, com a justificativa de que o governo estadual não tem condições de arcar com a contrapartida exigida pelo governo federal. Já no ano de 2006, até o final do terceiro trimestre, a execução orçamentária foi de 8% em relação ao crédito autorizado. A relevância de manutenção – com execução orçamentária – desta ação justifica-se pela imprescindibilidade da oferta de água potável em instituições educacionais que prestam atendimento público a crianças e adolescentes, cidadãos mais vulneráveis a doenças decorrentes do consumo de água não tratada.

Entidades: Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente e Fórum Mineiro de Educação Infantil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 705/2006

Proposta: Aumento de escala do Programa de Educação Afetivo-Sexual (PEAS).

Ação 4210: Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

Meta: 1.695.968 alunos.

Valor proposto: (em R\$ 1,00): 1.000.000,00.

Justificação: O Programa de Educação Afetivo-Sexual é atualmente desenvolvido nas escolas públicas com recursos oriundos de parcerias privadas, em pequena escala. A ação é importante para a formação de crianças e adolescentes atendidos em escolas públicas e precisa constituir-se como política de atendimento extensiva a todos os alunos.

Entidades: Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente, Fórum Mineiro de Educação Infantil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 706/2006

Proposta: apoiar os Municípios na implantação e monitoramento do Sistema de Informação sobre Políticas para a Infância e a Adolescência - Sipia.

Ação 1576: Gestão da política da criança e do adolescente – Apoio aos Municípios e conselhos para a implantação e monitoramento do Sipia.

Meta: 300 Municípios.

Valor proposto: R\$200.000,00.

Justificação: O Sipia é uma política nacional de informações sobre a infância e adolescência, operada pelos conselhos tutelares. O produto desse sistema tende a gerar mais racionalidade e otimização na gestão de políticas de atenção a crianças e adolescentes, pois consolida dados decorrentes dos atendimentos dos conselhos, informando sobre as demandas. Em Minas, ainda é pequeno o número de conselhos que contam com computadores para a realização de seu trabalho. O acréscimo de R\$200.000,00 aos R\$385.020,00 inicialmente previstos visa ampliar a cobertura desse equipamento para mais 100 conselhos, além dos 230 previstos.

Entidades: Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente e Fórum Mineiro de Educação Infantil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 707/2006

Proposta: ampliar os recursos ordinários no Fundo para a Infância e a Adolescência.

Ação 4630: Gestão da Política da Criança e do Adolescente – Apoio aos Municípios e entidades nas políticas da criança e do adolescente.

Meta: 60 projetos.

Valor proposto: R\$500.000,00.

Justificação: Há 11 anos, o Fundo para a Infância e a Adolescência opera quase que exclusivamente com recursos provenientes de doações e convênios. É fundamental que haja investimento público nesse Fundo, destinado ao financiamento de projetos e atividades que ainda não estão incorporados definitivamente nos orçamentos do Estado e dos Municípios. O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – órgão gestor desse Fundo – recebe inúmeros projetos importantes para a consolidação da cidadania de infantes e adolescentes que não podem ser atendidos por limitação de recursos.

Entidades: Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente e Fórum Mineiro de Educação Infantil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 708/2006

Proposta: garantir a realização das Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Ação 4951: Gestão da Política da Criança e do Adolescente – Qualificação de recursos humanos para a gestão e controle da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

Meta: 3.220 pessoas.

Valor proposto: R\$200.000,00.

Justificação: O acréscimo de R\$200.000,00 aos R\$300.000,00 já previstos no Ploa 2007 justifica-se pela necessidade de realização da Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, de apoio à realização das conferências regionais e de financiamento da participação da delegação de Minas Gerais na Conferência Nacional. Esses eventos são de fundamental importância para o planejamento participativo de ações que contribuirão para a consolidação, por meio de políticas públicas, da cidadania infanto-adolescente.

Entidades: Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente e Fórum Mineiro de Educação Infantil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 709/2006

Proposta: ampliar recursos para o atendimento de crianças e adolescentes retirados da situação de trabalho.

Ação 4605: Proteção social especial – Erradicação do trabalho infantil (Peti) – Jornada ampliada.

Meta: 35 mil crianças e adolescentes.

Valor proposto: R\$8.400.000,00.

Justificação: Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD -, do IBGE, mostram que aumentou em 10,3%, no Brasil, a ocupação laboral de crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos, em 2005. Minas é o único Estado da Região Sudeste em que houve aumento do trabalho infantil. É também o Estado com o maior índice de trabalho infantil doméstico. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - constitui a principal estratégia para o enfrentamento dessa dramática situação. O financiamento desse Programa é feito por meio de convênio entre o Governo Federal e os Municípios. A pequena quantidade de recursos repassados ao Estado destina-se a Municípios não habilitados pelo Governo Federal. Esta proposta pretende alocar recursos na Ação 4605 para a cooperação do Estado com os Municípios no atendimento a 35 mil meninos e meninas, em horário alternativo ao da escola. O valor sugerido baseia-se no montante repassado pelo Governo Federal aos Municípios, que é de R\$20,00 por criança ou adolescente e por mês, insuficiente para a manutenção de atividades atrativas e pedagógicas. Assim, propõe-se que o Governo Estadual passe a co-financiar essa ação.

Entidades: Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente e Fórum Mineiro de Educação Infantil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 710/2006

Proposta: aglutinar ações orçamentárias similares.

Justificação: Há duas ações similares previstas no Ploa 2007: 4389 - Proteção social especial – Abrigamento de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência e 4344 – Proteção social especial a crianças e adolescentes – Abrigo. Propõe-se a exclusão da Ação 4344, com a alocação de recursos na Ação 4389.

Entidades: Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente e Fórum Mineiro de Educação Infantil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 711/2006

Proposta: ampliar recursos para o enfrentamento das situações de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ação 4394: Proteção social especial – enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Meta: 50 ações.

Valor proposto: R\$100.000,00.

Justificação: Uma das finalidades da Ação 4394 é a de "apoiar a rede pública de atenção às vítimas e seus familiares". O Serviço Sentinela – implantado pelo Governo Federal – tem o objetivo de oferecer atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual e a seus familiares. Este serviço foi bastante ampliado no Estado, no ano de 2006. De 9 Municípios apoiados, passamos para 14 núcleos, com atendimento a 63 Municípios. Ainda está prevista a implantação de 36 núcleos (meta planejada pelo governo). A proposta de aumento de metas física e financeira visa a que o Estado assumo o acompanhamento técnico, incluindo a capacitação de profissionais, de todos os núcleos implantados até 2006 e dos que serão implantados em 2007.

Entidades: Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente e Fórum Mineiro de Educação Infantil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 712/2006

Proposta: ampliar recursos para a atenção ao direito de convivência familiar de crianças e adolescentes.

Ação 4402: Proteção social especial – Família Acolhedora.

Meta: 82 Municípios.

Valor proposto: R\$800.000,00.

Justificação: O Governador do Estado comunicou, em abril de 2006, a mais de mil participantes, durante a abertura do Congresso da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores, que havia investido, em 2005, R\$10.000.000,00 no Programa Família Acolhedora. O equívoco do Governador (foram investidos apenas R\$100.000,00) estimulou o movimento pelos direitos da criança e do adolescente a persistir na proposta de ampliação dessa ação, a qual consiste no aporte de recursos para que as 82 unidades regionais de referência em assistência social desenvolvam iniciativas de apoio a famílias, que possam oferecer proteção e cuidados a crianças e adolescentes com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Entidades: Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente e Fórum Mineiro de Educação Infantil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 713/2006

Proposta: implantar três centros de atendimento inicial a adolescentes a quem se atribua autoria de ato infracional, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Ação 4099: Atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

Meta: 800 adolescentes.

Valor proposto: R\$300.000,00.

Justificação: Uma vez apreendido pela Polícia Militar, o adolescente deve ser levado para um centro onde funcionem, de forma integrada, a Delegacia Especializada, a Promotoria, a Defensoria Pública, o Judiciário e um serviço social. Apesar dessa prerrogativa legal (inciso V do art. 88 da Lei Federal nº 8.069, de 1990), em nenhuma comarca mineira existe o referido centro. A proposta que apresentamos prevê condições para a implantação de centros nas comarcas de Belo Horizonte, Contagem e Betim, para que o adolescente receba a resposta imediata ao ato infracional cometido, gerando para ele e para a sociedade o sentimento de que a convivência social é mediada pela lei e pela justiça.

Observação: para que essa proposta seja executada, é necessário alterar a finalidade da ação, acrescentando "e oferecer condições operacionais para o funcionamento de centros de atendimento inicial integrado ao adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional".

Entidades: Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente e Fórum Mineiro de Educação Infantil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 714/2006

Proposta: garantir a cooperação do Governo Estadual com os Municípios para o atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

Ação 4099: Atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

Meta: 5 mil adolescentes.

Valor proposto: R\$1.000.000,00.

Justificação: A maior parte das infrações cometidas por adolescentes não demandam a medida socioeducativa de privação da liberdade. O desenvolvimento de programas de execução de medidas em meio aberto aplicáveis a adolescentes infratores é de responsabilidade dos Municípios, que relatam dificuldades de ordem técnica e financeira para implantar e manter esses programas. Por isso, propomos que o Governo Estadual invista também na cooperação com os Municípios para o atendimento em regime de liberdade assistida, que, onde é desenvolvido com consideração aos preceitos legais (Belo Horizonte e Porto Alegre, por exemplo), tem resultados extremamente positivos, reduzindo em até 90% os índices de reincidência infracional.

Observação: para que essa ação seja executada nesses moldes, é necessário alterar sua finalidade, acrescentando "e apoiar os Municípios na execução de programas de atendimento em regime de liberdade assistida".

Entidades: Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente e Fórum Mineiro de Educação Infantil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 715/2006

Proposta: Ampliar recursos para programas de atendimento a adolescentes egressos de medidas socioeducativas.

Ação 4.958: Atendimento a adolescentes e jovens egressos do cumprimento de medida socioeducativa.

Meta: 1.000 adolescentes.

Valor proposto: R\$800.000,00.

Justificação: O apoio ao adolescente que conclui o cumprimento de medida socioeducativa é fundamental para evitar-se a reincidência em infração. Para isso, é necessária a oferta de apoio e acompanhamento para a frequência à escola, colocação no mundo do trabalho, etc. O programa já existe na Secretaria de Estado de Defesa Social, mas precisa ser ampliado, mesmo para os adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas em meio aberto.

Entidades: Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente e Fórum Mineiro de Educação Infantil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 716/2006

Proposta: Ampliar recursos para a proteção de crianças, adolescentes e seus familiares, ameaçados de morte.

Ação 4.955: Proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte.

Meta: 300 pessoas.

Valor proposto: R\$1.000.000,00.

Justificação: O Programa teve suas metas reduzidas em relação ao ano de 2006, o que não se justifica, pois ele não tem conseguido atender a todo o Estado. Trata-se de uma ação importante de proteção de vidas, principalmente de adolescentes vítimas do crime organizado. O programa precisa ser potencializado e regionalizado.

Entidades: Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente e Fórum Mineiro de Educação Infantil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 717/2006

Proposta: Formação de professores da educação infantil.

Ação 4.913: Capacitação de profissionais da educação infantil.

Meta: 4.000 professores.

Valor proposto: R\$300.000,00.

Justificação: Há proposta de exclusão dessa ação, por parte do Governo Estadual, sob a alegação de que ela será incorporada à política de desenvolvimento do servidor público (Ação 2.018). Propomos que ela seja mantida, uma vez que expressiva parcela dos professores de educação infantil nos sistemas de ensino são leigos (não são habilitados para a função), sobretudo não são servidores públicos. Assim como a educação infantil deve ser oferecida prioritariamente pelos Municípios, o ensino médio (habilitação mínima requerida pela Lei nº 9.394) é de responsabilidade da esfera estadual. Portanto, a Secretaria de Estado da Educação deve oferecer a esses professores de creches e pré-escolas o ensino médio, na modalidade normal, contribuindo para o restabelecendo do direito a uma educação de qualidade para crianças até 6 anos. Além disso, está previsto para 2007 um convênio com o Ministério da Educação para o desenvolvimento de um programa de formação com as características demandadas aqui (Pró-infantil), e a manutenção da ação orçamentária facilitará a gestão dos recursos oriundos desse convênio, bem como da contrapartida do Governo Estadual.

Entidades: Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente, Fórum Mineiro de Educação Infantil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 718/2006

Proposta: Otimizar o Núcleo de Atendimento Jurídico a Crianças e Adolescentes.

Ação 1.034: Implantação de Núcleos de Atendimento Jurídico Especializado.

Meta: 1.000 crianças e adolescentes.

Valor proposto: R\$200.000,00.

Justificação: O núcleo de atendimento a crianças, adolescentes e seus familiares estruturou-se na Defensoria Pública do Estado, por meio de um convênio com o Governo Federal, que expira em julho de 2007. Há necessidade de recursos ordinários do Estado para a continuação e a ampliação dessa ação, que visa à orientação e à defesa jurídica de crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados.

Entidades: Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente, Fórum Mineiro de Educação Infantil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 719/2006

Proposta: Realização de reuniões das Comissões e seus Coordenadores, com a Mesa Diretora do CEDCA, criação de um "Jornal Mural", criação de "Boletim On-Line", atualização do "site" do Cedca - MG e produção de "kits".

Ação: Ações inseridas no Orçamento sem solicitação de alteração. Ações inseridas no orçamento da Sedese.

Localidade beneficiada: Minas Gerais.

Meta: Assessoria a todos os Municípios e Conselhos Municipais de Direitos e Tutelares e demais atores sociais envolvidos na defesa dos direitos de crianças e adolescentes no Estado de Minas Gerais.

Valor proposto: R\$80.000,00

Justificação: Proporcionar ampla divulgação das ações desenvolvidas em prol da defesa e da garantia dos direitos de crianças e adolescentes, promovidas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, direcionada aos Municípios, visando ao fortalecimento do Sistema de Garantia e da rede de atendimento a esse público em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Proporcionar aos Conselhos Municipais de Direitos mecanismos e instrumentos que subsidiem as deliberações das políticas públicas no nível municipal, sensibilizando os gestores municipais da política de atenção aos direitos da criança e do adolescente. Ressalta-se o envolvimento de todos os atores sociais na defesa, na garantia e na promoção dos direitos da criança e do adolescente, em situação de vulnerabilidade pessoal e social, em especial os profissionais da educação, que muito contribuirão para o fortalecimento da rede de atendimento do público infanto-juvenil no Estado, em cumprimento ao princípio da proteção integral, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Entidade: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 720/2006

Proposta: Criação de grupo de formação em nível regional, bem como criação de grupos regionalizados que possam contribuir com a capacitação.

Ação: Ações inseridas no Orçamento sem solicitação de alteração - Sedese.

Localidade beneficiada: Minas Gerais.

Meta: Atendimento a todos os Conselhos Municipais e Tutelares no Estado de Minas Gerais, mediante articulação com Municípios que sediarão os grupos de formação e capacitação continuada.

Valor proposto: R\$385.000,00

Justificação: Proporcionará informação e capacitação aos Conselhos Municipais e Tutelares e aos atores sociais envolvidos, através da criação de grupos que formarão agentes multiplicadores, contribuindo para a otimização do trabalho desenvolvido pelos Conselheiros de Direitos e Tutelares, na defesa dos direitos de crianças e adolescentes no Estado de Minas Gerais. Proporcionará a promoção da articulação entre os órgãos de atendimento, a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes e dos demais atores sociais envolvidos, em cumprimento ao princípio da proteção integral, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Entidade: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 721/2006

Proposta: Orientar os Conselhos Municipais e Tutelares em sua estrutura e funcionamento, elaboração de diagnóstico da situação dos Conselhos Municipais e Tutelares em funcionamento, levantamento de todos os casos referente a funcionamento de CMDCA, Conselho Tutelar e Polícia Militar.

Ação: Ações contempladas no orçamento sem solicitação de alteração. Qualificação de recursos humanos.

Localidade beneficiada: Minas Gerais.

Meta: Atendimento e assessoria a todos os Conselhos Municipais e Tutelares do Estado, implantados atualmente em quase todo o Estado - 853 municípios -, bem como diagnóstico da situação em que se encontram esses Conselhos.

Valor proposto: (em R\$ 1,00): R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Justificação: A proposta proporcionará o desempenho de ampla assessoria aos Conselhos Municipais e Tutelares, contribuindo para a otimização do trabalho desenvolvido pelos Conselheiros de Direitos e Tutelares, na defesa dos direitos de crianças e adolescentes no Estado. Proporcionará, ainda, a promoção da articulação entre os órgãos de atendimento, promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes e demais atores sociais envolvidos, em cumprimento ao princípio da proteção integral, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente -

ECA.

Entidades: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 722/2006

Proposta: Elaboração, implantação e implementação do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e da Proteção ao Trabalho do Adolescente.

Ação: Ação existente: solicitação de aporte de recurso. Funcional programática: 4251 08 243 622 4 605 0001. Proteção Social Especial - Erradicação do Trabalho Infantil - Peti - Jornada Ampliada.

Localidade beneficiada: Minas Gerais.

Meta: Erradicar o Trabalho Infantil no Estado, trabalhando todas as regiões com maior incidência desta violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Valor proposto: (em R\$ 1,00): R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Justificação: A proposta visa a proporcionar a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes vítimas do trabalho infantil no Estado, que se encontram afastadas da escola e têm seu desenvolvimento biopsico-social prejudicado e seus direitos violados, contribuindo para a crescente situação de exclusão social. O Plano prevê o envolvimento de todos os atores sociais na defesa, garantia e promoção dos direitos da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade pessoal e social, contribuindo para o fortalecimento da rede de atendimento e sistema de garantia de direitos do público infanto-juvenil no Estado, em cumprimento ao princípio da proteção integral, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Entidade: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 723/2006

Proposta: Diagnóstico da situação da criança e do adolescente em situação de risco social e pessoal no Estado.

Ação nova: Será gerada no momento da inclusão no Programa 260 - apoio e atendimento à criança e ao adolescente - Sedese. Finalidade da ação: elaborar diagnóstico da situação de risco social e pessoal da criança e do adolescente em MG, visando a subsidiar os diversos setores, níveis governamentais e não governamentais nas políticas sociais.

Localidade beneficiada: Minas Gerais.

Meta: Levantamento quantitativo e qualitativo da situação da criança e do adolescente nos 853 Municípios.

Valor proposto: (em R\$ 1,00): R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

Justificação: A proposta visa a proporcionar melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, contribuindo para o fortalecimento da rede de atendimento e do sistema de garantia de direitos do público infanto-juvenil no Estado. Após levantamento das demandas de cada Município ou região diagnosticada, poder-se-á deliberar, pelas políticas públicas, visando à qualidade de vida desse público, em cumprimento ao princípio da proteção integral, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Entidade: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 724/2006

Proposta: Realização de seminários com as Prefeituras que não têm Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.

Ação: Ações contempladas no orçamento sem solicitação de alteração.

Localidade beneficiada: Minas Gerais.

Meta: Realização de seminários visando ao atendimento de aproximadamente 100 Municípios.

Valor proposto: (em R\$ 1,00): R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Justificação: A proposta visa a proporcionar informação e capacitação aos Conselhos Municipais e Tutelares e aos atores sociais envolvidos, contribuindo para a otimização do trabalho desenvolvido pelos Conselheiros de Direitos e Tutelares na defesa dos direitos de crianças e adolescentes no Estado. Proporcionará, ainda, a promoção da articulação entre os órgãos de atendimento e a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes e demais atores sociais envolvidos, em cumprimento ao princípio da proteção integral preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Entidade: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 725/2006

Proposta: Articulação em conjunto com as redes estadual e municipal de ensino, objetivando a garantia de igualdade de condições de acesso, permanência e educação, seja em creches, estabelecimentos de educação infantil, ensino fundamental e médio.

Ação: Solicitação de aporte de recurso da Secretaria de Estado da Educação. Funcional programática: 1261 12 362 310 2 915 0001 - Alimentação escolar para o ensino médio.

Localidade beneficiada: Minas Gerais

Meta: Atendimento a todo o Estado de Minas Gerais.

Valor proposto (em R\$1,00): R\$18.585.444,00

Justificação: Proporcionar a melhoria da qualidade do ensino de crianças e adolescentes matriculados nas redes estadual e municipal de ensino, proporcionando o desenvolvimento de suas potencialidades biopsicossociais e culturais, os quais, por falta de condições adequadas, têm seu aprendizado prejudicado. A medida prevê o envolvimento de todos os atores sociais na defesa, garantia e promoção dos direitos da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade pessoal e social, em especial os profissionais da educação, que muito contribuirão para o fortalecimento da rede de atendimento e do sistema de garantia de direitos do público infanto-juvenil no Estado, em cumprimento ao princípio da proteção integral, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Entidade: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 726/2006

Proposta: Realização de capacitações no FIA, elaboração e acompanhamento da execução do orçamento público com elaboração do plano de aplicação de recursos, criação de sistema integrado de acompanhamento de execução orçamentária e financeira dos fundos municipais interligado com página do Cedca na "web" e ações de divulgação do Fundo para a Infância e Adolescência no Estado de Minas Gerais.

Ação: Ações contempladas no orçamento sem solicitação de alteração. Ações contempladas no orçamento da Sedese.

Localidade beneficiada: Minas Gerais

Meta: Atendimento a todo o Estado de Minas Gerais.

Valor proposto (em R\$1,00): R\$80.000,00

Justificação: Proporcionar aos Municípios, Conselhos Municipais de Direitos, mecanismos e instrumentos para se trabalhar a execução das ações previstas no Orçamento na área da infância e juventude, bem como possibilitar o monitoramento da execução por parte dos gestores dessa política de atendimento, com a elaboração dos planos municipais de aplicação de recursos. Ressalta-se a importância dos Fundos para a Infância e Adolescência, pois financiam a política de atendimento direto a crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. A medida prevê o envolvimento de todos os atores sociais na defesa, garantia e promoção dos direitos da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade pessoal e social, em especial os profissionais da educação, que muito contribuirão para o fortalecimento da rede de atendimento e do sistema de garantia de direitos do público infanto-juvenil no Estado, em cumprimento ao princípio da proteção integral, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA .

Entidade: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 727/2006

Proposta: Criação de Centro de Pesquisa no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cedca-MG. Investimento na comunicação interna e na equipe executiva do Cedca e criação da Assessoria de Comunicação Social. Realização de reuniões da Assessoria de Comunicação diretamente ligada à Mesa Diretora do Cedca.

Ação: Ações contempladas no orçamento sem solicitação de alteração. Ações contempladas no orçamento da Sedese.

Localidade beneficiada: Minas Gerais

Meta: Assessoria a todos os Municípios e Conselhos Municipais de Direitos e Tutelares do Estado de Minas Gerais.

Valor proposto (em R\$1,00): R\$80.000,00

Justificação: Proporcionar ampla divulgação das ações desenvolvidas em prol da defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, promovidas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, direcionada aos Municípios, visando ao fortalecimento do sistema de garantia e da rede de atendimento a esse público em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Proporcionar aos Conselhos Municipais de Direitos mecanismos e instrumentos que subsidiem as deliberações das políticas públicas no nível municipal, sensibilizando os gestores municipais para a política de atenção aos direitos da criança e do adolescente. Ressalta-se o envolvimento de todos

os atores sociais na defesa, garantia e promoção dos direitos da criança e do adolescente, em situação de vulnerabilidade pessoal e social, em especial os profissionais da educação, que muito contribuirão para o fortalecimento da rede de atendimento do público infante-juvenil no Estado, em cumprimento ao princípio da proteção integral, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA .

Entidade: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 728/2006

Proposta: Ação para a área de comunicação do Cedca: criação de boletim "on-line" disponível na página ("site") do Cedca. Informações do sistema de governo, Diário Oficial, Assessorias de Comunicação, Rede Minas (TV Interativa), Rádio Inconfidência, revista "Bons Conselhos", Prioridade Absoluta Rede ANDI e outros. Está prevista a participação em eventos, relacionamento com mídia, palestras, "kits", concursos em escolas públicas (criar um mascote do ECA), promover relacionamento com o segundo setor.

Ação: Ações contempladas no orçamento sem solicitação de alteração. Ações contempladas no orçamento da Sedese.

Localidade beneficiada: Minas Gerais

Meta: Divulgação das ações de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, em todo o Estado de Minas Gerais.

Valor proposto (em R\$1,00): R\$80.000,00

Justificação: Proporcionar ampla divulgação das ações desenvolvidas em prol da defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, promovidas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, direcionada aos Municípios, visando ao fortalecimento do sistema de garantia e da rede de atendimento a esse público em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Proporcionar aos Conselhos Municipais de Direitos mecanismos e instrumentos que subsidiem as deliberações das políticas públicas no nível municipal, sensibilizando os gestores municipais para a política de atenção aos direitos da criança e do adolescente. Ressalta-se o envolvimento de todos os atores sociais na defesa, garantia e promoção dos direitos da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade pessoal e social, em especial os profissionais da educação, que muito contribuirão para o fortalecimento da rede de atendimento do público infante-juvenil no Estado, em cumprimento ao princípio da proteção integral, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA .

Entidade: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 729/2006

Proposta: Revisão e implementação do Plano Estadual de Enfrentamento a Violência contra Crianças e Adolescentes no Estado de Minas Gerais.

Ação: Solicitação de revisão de aporte de recurso. Funcional programática: 4251 14 422 622 4 394 0001 - proteção social especial - enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Localidade beneficiada: Minas Gerais.

Meta: Estabelecer efetivamente ações de combate à violência, ao abuso e à exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes em todos os municípios do Estado, mediante articulação com os atores sociais envolvidos e campanhas de conscientização.

Valor proposto: (em R\$1,00): R\$262.000,00.

Justificação: Promover efetivamente ações de enfrentamento da violência, abuso e exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes em todos os municípios do Estado, mediante articulação com os atores sociais envolvidos e campanhas de conscientização, dentre outras ações de igual relevância.

Essa ação que proporcionará a promoção da articulação entre os órgãos de atendimento, promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes e demais atores sociais envolvidos, visando ao combate a este tipo cruel de violação, em cumprimento ao princípio da proteção integral, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA .

Entidade: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 730/2006

Proposta: Ampliar os recursos ordinários no Fundo para a Infância e a Adolescência.

Ação 4630 - Gestão da Política da Criança e do Adolescente – Apoio aos Municípios e entidades nas políticas da criança e do adolescente.

Meta: 150 carros.

Valor proposto: (em R\$ 1,00): R\$3.000.000,00.

Justificação: Existem hoje no Estado cerca de 789 conselhos tutelares em 722 municípios. Para otimização do atendimento nesses conselhos, garantindo a prerrogativa de prioridade absoluta que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, é imprescindível que estejam equipados, o

que foi garantido como prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentária nº 16.314, art. 40, inciso IX. A Lei Orçamentária destinará recursos necessários para a aquisição de equipamentos de informática e veículos automotores destinados a doação aos conselhos tutelares municipais previstos na Lei nº 8.069, de 1990. Sendo assim, solicitamos acréscimo de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) em investimento para compra de veículos automotores; o que beneficiaria cerca de 20% dos municípios onde existem conselhos tutelares .

Entidade: Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 731/2006

Proposta: Retirada dos itens abaixo relacionados do Demonstrativo da Aplicação de Recursos nas ações e serviços públicos de saúde, do vol. I do Projeto de Lei do Orçamento para 2007, por não se enquadrarem nos dispositivos legais que regulamentam o assunto.

Os itens do Orçamento do Estado de Minas Gerais para o Exercício 2007 do Demonstrativo da Aplicação de Recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde – pág. 134 do vol. do PL LOA/2007, que abaixo discriminamos não atendem a um ou mais dos dispositivos legais citados acima:

Códigos	Entidades
2011.10	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
1251.10	Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
1401,10	Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais
1471.10	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana
1451.10	Secretaria de Estado de Defesa Social
1471.10	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana
2311.10	Universidade Estadual de Montes Claros
2121.10	Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais
5081.17.512.080 8 108	Expansão e garantia dos serviços de abastecimento de água em localidades com concessão da Copasa
5081.17.512.080 8 159	Expansão e garantia dos serviços de esgotamento sanitário em localidades com concessão da Copasa
5081.17.512 080 8 163	Implantação dos sistemas de tratamento de esgoto sanitário em localidades com concessão da Copasa
4461.09.272 002 7725	Benefícios previdenciários/Ipsemg
4461.09 272 002 7 209	Benefícios previdenciários/Funed
4461.09.272 002 7 225	Benefícios previdenciários/Fhemig
4461.09 272 002 7 312	Benefícios previdenciários/Hemominas
4461.09 272 002 7 959	Benefícios previdenciários/SES

Entidade: Conselho Estadual de Saúde do Estado de Minas Gerais.

- À Comissão de Participação Popular.

Proposta de Ação Legislativa nº 732/2006

Programa: Gestão Ambiental MG Século XXI

Ação: Minas Sem Lixões.

Proposta: Manter a finalidade de apoiar a articulação do Fórum Estadual Lixo e Cidadania e a criação e apoio aos fóruns regionais. Manter orçamento de 2006 que era de R\$200.000,00 e veio na proposta somente R\$100.000,00.

Justificação: Em Minas Gerais 647 dos municípios destinam seus resíduos a lixões a céu aberto, e em todos consta a presença de famílias sobrevivendo da catação.

Entidade: Fórum Estadual Lixo e Cidadania.

- À Comissão de Participação Popular.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

82ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 15ª legislatura

Discursos Proferidos em 8/11/2006

O Deputado George Hilton* - Agradeço o desprendimento do Deputado Gilberto Abramo, que nos concede esta oportunidade. Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, órgãos da imprensa, convidados e visitantes, senhoras e senhores, venho à tribuna para agradecer a todos os que nos elegeram Deputado Federal. Posteriormente, faremos, nesta tribuna, um balanço das nossas atividades durante os oito anos que passamos nesta Assembléia, como Deputado Estadual por dois mandatos, em que pudemos atuar em defesa dos interesses de Minas nesta Casa, que tanto nos ensinou. Certamente ainda voltarei a ocupar esta tribuna para fazer esse balanço e, naturalmente, agradecer mais esta oportunidade que o povo nos concede, agora para representar os interesses do Estado no Congresso Nacional.

Também gostaria de falar um pouco sobre a Associação Mineira de Apoio aos Portadores de Psoríase - Amapp. Temos alguns colegas médicos, como o Deputado Doutor Viana, aqui presente, que sabem da importância, para os portadores dessa doença, de receberem assistência e serem acompanhados, trabalho que vem sendo realizado pela Amapp e do qual acho importante falarmos nesta tribuna.

Essa instituição procura reunir os seus membros no último sábado de cada mês para um encontro social e de descontração, no qual médicos e psicólogos proferem palestras, portadores da doença fazem relatos, e são prestados esclarecimentos sobre o assunto.

A psoríase é uma doença não contagiosa, crônica, que está relacionada a vários fatores, entre eles o emocional, o ambiental e o genético. Manifesta-se na pele, no couro cabeludo, nas unhas, nos joelhos e nos cotovelos. Ainda não se sabe ao certo a causa da doença, mas vários fatores nela interferem, como o frio e o calor, alguns medicamentos e infecções prolongadas. O portador da doença deve levar uma vida mais calma e equilibrada, hidratando a pele. Esse mal pode desaparecer por longos períodos e até sumir de vez.

A propósito, Presidente, apresentei nesta Casa o Projeto de Lei nº 1.954/2004, que institui a Semana de Conscientização do Tratamento da Psoríase, a ser comemorada, anualmente, na semana que inclui o dia 29 de outubro, que é o Dia Mundial da Psoríase. Nessa semana, conforme prevê o projeto, o Estado promoverá palestras para esclarecer a sociedade sobre a psoríase - que tanto incomoda seus pacientes -, reforçar a posição contra o preconceito e promover a desmitificação da doença. É bom lembrar que a OMS, a pedido da Confederação Européia de Portadores de Psoríase, já instituiu o dia 29 de outubro como data definitiva para informar que 125 milhões de pessoas no mundo são afetados pela psoríase e pela artrite psoriática. É, portanto, um problema mundial, que deve ser tratado não só pela área técnica, médica, mas, sobretudo, por esta Casa, que é a Casa do povo e que deve propor uma legislação que promova a assistência a essas pessoas.

A OMS dá algumas "dicas" para o controle dessa doença: aceitá-la, de forma a levar uma vida normal; evitar o estresse emocional; ter um "hobby"; praticar esportes, dormir e ter uma alimentação saudável, sem exageros; evitar o uso de bebidas alcoólicas e cigarro; conviver bem com a família e com os amigos, que podem ser de grande ajuda na aceitação da doença e na convivência consigo mesmo.

A informação é também muito importante para diminuir, como disse, o preconceito em torno da doença, e, por isso, a Amapp encontra-se sempre disponível para cooperar, caso alguém necessite.

Entendemos que Minas Gerais deverá entrar nesse cenário, aprovando a lei que promove essa semana. Portanto, quero contar com o apoio dos nobres pares desta Casa.

Convém lembrar que, com o avanço da medicina, o tratamento da psoríase deve ser divulgado e esclarecido, pois será benéfico para todos.

Sr. Presidente, neste momento gostaria de solicitar a V. Exa. que o Projeto de Lei nº 1.954/2004 seja colocado em ordem do dia o mais breve possível. Faço também esse apelo ao Eduardo, Secretário da Mesa. Essa proposição já foi protocolada, para instituímos a Semana de Prevenção da Psoríase. Entendo que o projeto não terá rejeição nem dificuldade para ser aprovado por esta Casa e terá um significado muito importante para os portadores dessa doença.

Posteriormente, Sr. Presidente, ocuparei esta tribuna para fazer um discurso sobre o balanço dos meus oito anos - dois mandatos - de atuação nesta Casa, em que pude contar com o carinho, o respeito e o apoio dos nobres pares e de todos os funcionários desta Assembléia. Esta Casa é dinâmica e muito nos ensina. Na verdade, nós, legisladores, temos muito mais a receber do corpo técnico desta Casa do que a oferecer. Sou testemunha clara da importância e do valor do Legislativo mineiro. Espero levar ao Congresso Nacional lições importantes adquiridas neste Parlamento, as quais, com certeza, servirão de embasamento para a minha caminhada nos próximos quatro anos.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Inicialmente, quero agradecer a V. Exa. o aparte e parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Quero falar da satisfação de conviver com V. Exa. ao longo destes quase oito anos. V. Exa. tem realizado um profícuo trabalho, apresentando comportamento exemplar de cidadão, ser humano, parlamentar e homem público. Além disso, tem sensibilidade e atende extraordinariamente a todos os seus eleitores. Que Deus e o Espírito Santo o iluminem em sua estada no Congresso Nacional, para que continue a produzir bons frutos em prol do povo mineiro e também do povo brasileiro, já que poderá promover projetos de alcance nacional.

Com muita sinceridade, desejo-lhe muito êxito em sua nova caminhada. Parabéns por sua brilhante eleição!

O Deputado George Hilton* - Sou eu quem lhe agradece, Deputado Doutor Viana. Aliás, quero testemunhar aqui a importância de V. Exa. como

parlamentar e mineiro que tem pautado a sua vida pela defesa dos reais anseios da nossa comunidade, abdicando da sua vida profissional, muito bem-sucedida, para dedicar-se, integralmente, à causa pública, de interesse dos mineiros. V. Exa. é um dos grandes parlamentares desta Casa e, certamente, nos próximos quatro anos, muito contribuirá, além do muito que já vem fazendo por todo o povo mineiro. Muito obrigado por suas palavras.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Como disse, voltarei a esta tribuna para fazer minha despedida deste Parlamento; mas, no Congresso, estaremos sempre afinados com os reais interesses de Minas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado Fábio Avelar, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para apresentar, ainda que de maneira sintética, o resultado de uma importante audiência pública das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira, realizada nesta Assembléia para debater a revisão do Plano Plurianual para 2007, bem como a Lei Orçamentária.

Antes, porém, tratarei rapidamente de outro assunto. Neste dia tão alegre para a "nação" atleticana espalhada por toda Minas Gerais, não poderia deixar de cumprimentá-la, bem como de externar a alegria pelo retorno do Clube Atlético Mineiro à Série A do futebol brasileiro. Sabemos a importância que tem o futebol para o povo mineiro e para o povo brasileiro em geral. Em Minas Gerais, em particular, quando os times brilham, o povo fica mais feliz. É evidente que o Atlético, próximo de completar seu centenário, que se dará em 2008, não poderia continuar na Série B, para onde nunca deveria ter ido. Matematicamente, a classificação ainda não ocorreu, mas o clube tem todas as possibilidades. Já posso dizer que o Galo subiu.

Sr. Presidente, destaco que, a cada ano, o processo de participação e revisão do Plano Plurianual vem-se aperfeiçoando nesta Casa. Começamos esse processo em 2003, com a discussão das prioridades do Plano Plurianual. Envolvermos centenas de entidades da sociedade civil, realizamos audiências, tendo sido uma delas interiorizada, realizada no Vale do Jequitinhonha. Lembro-me de que, no primeiro processo, foram apresentadas 202 sugestões. Foram apresentadas 59 emendas, das quais foram aprovadas 35.

Ressalto que uma importante emenda incluiu mais um projeto estruturador: Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas. Além disso, uma emenda previu a revisão anual do Plano Plurianual, que define as prioridades para o Estado nos quatro anos. No processo de conquista da revisão anual, continuamos com esse procedimento nesta Casa.

Este ano, quando ocorre a última revisão do Plano Plurianual, uma vez que ele se encerra em 2007, novamente realizamos este debate. A primeira questão que trazemos é que, a par da avaliação das prioridades para 2007, fizemos uma avaliação da execução orçamentária de 2006. Pela manhã, fiz questão de fazer, publicamente, esse alerta, porque, dos 35 projetos estruturadores do governo do Estado, praticamente 20 estão com execução orçamentária inferior a 50%. É claro que esse dado é preocupante.

Queremos que o Orçamento seja de fato cumprido. O ano já está terminando; logo, é muito importante que o Orçamento seja cumprido rigorosamente. O próprio projeto estruturador de inclusão social de famílias vulnerabilizadas está com uma execução da ordem de 48%. A Secretária Maria Coeli, de maneira elegante, educada e consistente, também apresentou algumas motivações que sustentam a execução orçamentária inferior ao desejável.

Mas, em outras áreas que não estavam aqui presentes, verificamos também essa execução orçamentária mais lenta. Esse foi o primeiro alerta.

Na área da criança, por exemplo, de 80 ações espalhadas pelos vários setores do governo, apenas 13 estão com a execução orçamentária superior a 75%. Temos 32 ações voltadas para a criança e o adolescente com percentual inferior a 50% de execução orçamentária. Trata-se de um dado preocupante, que suscito enquanto há tempo. É nosso papel também fiscalizar o Poder Executivo. O Orçamento precisa ser cumprido. Não falo do Orçamento Geral, mas sim dos projetos considerados prioritários pelo próprio Estado.

Quanto à revisão do Plano Plurianual, em um aspecto hoje houve unanimidade. Na proposta de revisão do Plano Plurianual para 2007, veio a exclusão de um importante programa na área de segurança alimentar, o Prosan - mutirão pela segurança alimentar e nutricional sustentável no Estado. Esse programa é coordenado pela Conselho Estadual de Segurança Alimentar - Consea -, presidido também pelo nosso amigo D. Mauro Morelli.

O programa foi iniciado ainda na gestão do governo Itamar Franco e teve prosseguimento neste governo. Todos os recursos desse programa praticamente vieram do Ministério de Desenvolvimento Social, do Ministro Patrus. No entanto, para nosso espanto, essa ação do Prosan foi excluída das prioridades para o ano de 2007.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, isso acontece justamente agora, quando o Estado tem uma lei estadual de segurança alimentar - a Lei Orgânica Estadual de Segurança Alimentar -, que foi aprovada por esta Casa em 2005, entrando em vigor em abril de 2006. Quando esperávamos uma participação maior do governo estadual em políticas de combate à fome, deparamo-nos com a exclusão de um programa voltado para apoiar associações, cooperativas e grupos comunitários que desenvolvem iniciativas populares de combate efetivo à mortalidade infantil e à desnutrição infantil, que combatem a fome em Minas Gerais.

Esse é um aspecto importante, uma ação suprimida, e o argumento apresentado foi que o convênio com o governo federal havia se extinguido. Ora, combater a fome no Estado de Minas Gerais é uma prioridade de todos, e também do governo estadual.

Portanto, sem prejuízo de se renovar esse convênio, de buscar recursos junto ao governo federal, coloco-me à disposição do governo do Estado para fazer essa interlocução nos órgãos responsáveis pela política de combate à fome do governo federal, que tem uma política muito consistente. Já fiz isso em momentos anteriores da própria aprovação do Plano Plurianual. Lembro-me de que a inclusão do Prosan no programa Minas sem Fome partiu de um entendimento que envolveu o Consea, a nossa bancada federal, que apresentou emendas parlamentares, e o Ministério do Desenvolvimento Social. Com isso, foi possível colocar o Prosan no Minas sem Fome como um programa prioritário. Justamente agora, com o argumento de que o convênio se extinguiu, o Estado acaba com o programa. Extingue não, porque, tenho certeza, a Assembléia Legislativa acatará a emenda popular apresentada pelo movimento social da área de segurança alimentar, voltando com o Prosan, que atende hoje a centenas de grupos que combatem efetivamente a fome no Estado de Minas Gerais.

Talvez o Governador nem sequer tenha conhecimento da exclusão desse programa. Digo isso porque, como há milhares de ações e centenas de programas, provavelmente o Governador não tenha conhecimento de tudo o que entra e sai no Plano Plurianual do ponto de vista de ações.

Tenho a certeza de que o Governador Aécio Neves atenderá ao nosso apelo de reinserir o Prosan no Plano Plurianual como prioridade para 2007. Espero que consigamos reavivar esse convênio com o governo federal, com recursos do MDS, do Programa Fome Zero, e que o Estado também possa alocar recurso do seu próprio Orçamento para essa importante área de combate à fome. Combater a fome em Minas Gerais e no Brasil é uma prioridade ética de todos nós. Esperamos que o governo do Estado faça sua parte, principalmente agora que há um plano, uma lei

específica, a Lei Orgânica da Segurança Alimentar. Essa é a primeira questão objetiva. Solicitamos que o Prosan conste nas prioridades do Plano Plurianual.

Outra questão importante diz respeito a algumas emendas que apresentamos à LDO para equipar os conselhos tutelares de equipamento de informática e de veículo. Os conselhos tutelares de cada Município mineiro, para fazer e cumprir de maneira digna o seu papel, precisam de veículo para efetivar o deslocamento, ir aos distritos rurais e fazer o acompanhamento sociofamiliar. Queremos ampliar recursos para essa área.

Os movimentos referentes à área da criança e do adolescente fizeram algumas observações importantes. Infelizmente, hoje nos foi revelado um dado assustador do Pnad: Minas Gerais está em 17º lugar na ocorrência de casos de trabalho infantil, atrás de Estados como Sergipe, Espírito Santo e alguns Estados do Nordeste, onde o trabalho infantil é grande. Minas Gerais é o único Estado do Sudeste que apresentou um acréscimo do trabalho infantil. Portanto, precisamos ampliar as políticas de prevenção ao trabalho infantil e de retirada das crianças que ainda estão nessa situação, bem como ampliar os recursos para a área de combate à violência e à exploração sexual. Emendas populares nessa linha também serão apresentadas.

Cobramos do governo do Estado questões relacionadas com o funcionalismo público estadual. Temos de debater melhor a política remuneratória, o projeto que está em tramitação nesta Casa. Várias entidades e servidores se manifestaram neste Plenário. Foram solicitados maiores esclarecimentos acerca do projeto voltado para a juventude mineira, o programa Poupança Jovem. Esse projeto, apresentado na campanha eleitoral, terá R\$50.000.000,00 para o Orçamento de 2007. É evidente que o protagonismo da juventude em nosso Estado é fundamental, e é importante que o Estado desenvolva programas próprios de transferência de renda.

Vejo com bons olhos o investimento do Estado em programa de transferência de renda para a juventude. Gostaríamos de obter mais informações sobre a própria gestão do projeto e reinserir no Plano Plurianual a ação do Siafi Cidadão, que nada mais é que a disponibilidade, pela internet, para o cidadão, de todos os dados da execução orçamentária, das metas físicas e de transparência da gestão do Estado. Não entendemos por que essa ação foi excluída do Plano Plurianual justamente no momento em que o Brasil clama por maior transparência na gestão do recurso, no conhecimento e na publicidade dos Orçamentos.

O Secretário Tadeu Barreto, também sempre presente a esta Casa, esteve aqui e disse que o governo tem um projeto - parece-me que é o Portal 2007 - para disponibilizar essas informações. Se existe essa intenção, então vamos traduzi-la na previsão do Plano Plurianual, porque, às vezes, somente boa-vontade não é suficiente para conseguir os recursos e disponibilizar os meios necessários para efetivá-la. Queremos também reinserir o programa Siafi-Cidadão na linha de prioridades para 2007.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que as entidades terão até sexta-feira para apresentar emendas populares. A Comissão de Participação Popular, em conjunto com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, irá analisá-las na semana que vem. Provavelmente, mais uma vez teremos muitas emendas populares aperfeiçoando o Plano Plurianual e o Orçamento do Estado. A Assembléia de Minas e as entidades da sociedade dão exemplo ao Brasil de como é possível participar diretamente das atividades do Poder Legislativo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 31/10/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa

nomeando Virgínia Nunes de Souza para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2006

Objeto: aquisição de diversos materiais elétricos.

Pregoeiro vencedor: Sigma Comercial Elétrica Ltda.

Belo Horizonte, 14 de novembro de 2006.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda conveniente: Câmara Municipal de Ipatinga. Objeto: apoio técnico-pedagógico à implantação do projeto Câmara-Escola. Vigência: 1 (um) ano a partir da data da assinatura.